

JULHO 2026 | N.º 13

# ALVA



*Confederação Nacional dos  
Caçadores Portugueses*

**Que futuro para a caça? Novos  
Órgãos Sociais da Confederação  
Nacional dos Caçadores Portugueses  
apresentam caderno reivindicativo  
ao Governo**

**Susana Pombo escreve sobre  
Peste Suína Africana**

**Beja acolhe Campeonatos Nacionais de Santo  
Huberto e Competência de Tiro em Setembro**



## Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses

Presidente: Vítor Palmilha

Praceta das Bernardas, 4 8800 – 685 – Tavira

E-mail: info@cncp.pt | Tel. 281 326 469 | 912 250 057

## FEDERAÇÕES FILIADAS



### Federação de Caçadores de Entre Douro e Minho

Presidente: Amâncio Afonso Mendes

Praça da Justiça, 166 4715-125 Braga

comercial@amanciomendes.mail.pt | 253 2690 00



### Federação das Associações de Caçadores da 1ª Região Cinegética

Presidente: João Alves

Apartado 144 5340-342 Macedo de Cavaleiros

facirc@gmail.com | 278 426 368



### Federação dos Clubes de Caça e Pesca do Distrito de Viseu

Presidente: Mário Antunes

R. Fernando Teixeira, Lote 1 – r/c – Esq.º - Abraveses 3515-156 Viseu

federacao.viseu@gmail.com | 232 452 021



### Federação de Caça e Pesca da Beira Interior

Presidente: André Cid

Urbanização Quinta da Alampada, Lote 26 R/C Apartado 452 6200 - 250 Covilhã

fcpci@mail.telepac.pt | 275 315 402



### Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral

Presidente: Carlos Rodrigues

Rua da Sofia, 136 Edifício da Liga dos Combatentes 3000-389 Coimbra

fcpci@beiralitoral@gmail.com | 916 298 503



### FEDERCAÇA - Federação de Caçadores do Centro

Presidente: Miguel Mendes

Rua Principal, n.º 14 - Ranha de Baixo 3100-362 Pombal

federcaça@sapo.pt | 236 946 216



### Federação das Zonas de Caça do Oeste - OESTECAÇA

Presidente: Joaquim António Faustino

Urb. da Infesta, Rua das Acácias, Ed. OESTECAÇA 2560-375 Torres Vedras

fzcoeste@gmail.com | 918918369



### Federação Alentejana de Caçadores

Presidente: Nuno Ferro

Rua D. Afonso Henriques, n.º 31 7800 – 049 Beja

info@fac.pt | 284323304



### Federação de Caçadores do Algarve

Presidente: Vítor Palmilha

Praceta das Bernardas, n.º 4 8800 – 685 Tavira

geral@fcalgarve.pt | 281 326 469 / 912 250 057



## 4 | EDITORIAL

## 6 | DESTAQUE

Peste Suína Africana: um risco real e o papel decisivo dos caçadores, por Susana Pombo

## 16 | CNCP

Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses elege Órgãos Sociais para o quadriénio 2026-2030

CNCP promove formações para obtenção da licença de uso e porte de arma nos distritos de Bragança e Vila Real

Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses apresenta propostas ao Governo

Beja acolhe Campeonatos Nacionais de Santo Huberto e Competência de Tiro em setembro

Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses presente na 42.ª Ovíbeja

EXPOCAÇA contou com a participação da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses

Dirigentes da CNCP em reunião do Conselho Consultivo da Herdade da Contenda

Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses reuniu em Macedo de Cavaleiros

## 42 | FEDERAÇÕES

Federação de Caçadores do Algarve acompanha eficácia dos protocolos de gestão de combustível e sementeiras

Prova de Santo Huberto a contar para o Troféu José Gonçalves integrou Feira Cinegética de São João de Negrilhos

Homenagem a Manuel Henrique Costa

## 48 | CLUBES

Clube dos Caçadores e Pescadores da Beira, um dos mais antigos clubes de caçadores de Portugal

## 58 | OPINIÃO

Reflexão do deputado Pedro do Carmo sobre o setor da caça

## 60 | DIAS BONS

Mértola promoveu Curso de Iniciação à Falcoaria

Encontro Nacional de Matilhas realizou-se em Mértola

Macedo de Cavaleiros: 28.ª Feira da Caça e do Turismo atraiu mais de 12 mil visitantes

Vilar Formoso voltou a receber Feira da Caça, Pesca e Desenvolvimento Rural

## 68 | ROTEIRO

Os trilhos da caça desenham a identidade de Alcoutim

A revista ALVA é propriedade da CNCP - Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses.

### EQUIPA ALVA

Direção-geral: Vítor Palmilha | Produção: Malha - Comunicação | Direção de conteúdos: Paulo Dias | Edição e redação: Lélia Madeira, Paulo Dias | Colaboração: Jorge Rodrigues, Carla Rodrigues, Leonor Rodrigues | Design e paginação: Bárbara Martins

### CONTACTOS

info@cncp.pt | alvarevista@malha.pt | 968 339 215 | 966 945 504 | 961 891 140 | 281 326 469 | 912 250 057



## VÍTOR PALMILHA

Presidente da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses

Com a recente eleição dos Órgãos Sociais da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses para o quadriénio 2026-2030, assumimos não apenas uma responsabilidade institucional, mas também um compromisso solene com o mundo rural.

O mandato que agora tem início acarreta muitos desafios: ou modernizamos o setor e corrigimos injustiças históricas, ou deixamos que a burocracia e o abandono ditem o fim de uma atividade vital para a biodiversidade e natureza do nosso país.

A nossa primeira grande batalha é a digitalização. É anacrónico que, em 2026, o caçador português ainda seja obrigado a transportar documentos físicos sujeitos à deterioração pela chuva e pelo uso. Exigimos a integração imediata da carta de caçador, licenças, seguros e toda a documentação necessária para o exercício da caça na App gov.pt.

A carteira digital do Estado deve servir quem está no campo com a mesma eficácia com que serve quem está na cidade.

Um outro aspeto que consideramos urgente é a abertura das candidaturas ao PEPAC para apoiar as entidades gestoras das zonas de caça, que enfrentam um cenário de grave injustiça. A Medida 3.2.7 (Gestão de Fauna Selvagem) revela-se profundamente discriminatória ao excluir 113 concelhos do país com base em critérios de densidade territorial (Deliberação 31/2023/PL). Esta diferenciação é injusta e incoerente: todos os caçadores pagam as suas licenças e todas as associações e empresas turísticas cumprem com o pagamento das suas taxas ao Estado, mas apenas algumas podem aceder aos apoios. Não se pode exigir um esforço fiscal a todos e apoiar um investimento apenas a alguns, esquecendo que a gestão cinegética é vital em todo o território nacional, e não apenas em zonas selecionadas por via administrativa.

Outra questão que consideramos da maior pertinência diz respeito à obrigatoriedade, pelas entidades gestoras das zonas de caça, do registo dos resultados de exploração cinegética numa plataforma eletrónica.

Na nossa opinião, tal medida é de difícil execução, uma vez que grande parte dos intervenientes não dispõe dos meios necessários. A sua aplicação resultaria numa sobrecarga inoportuna para as organizações do setor.

Os próximos anos serão marcados pela exigência da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses na criação de Planos Nacionais de Recuperação para a perdiz-vermelha, o coelho-bravo e a lebre. Estas são as espécies estruturantes da caça menor em Portugal e a sua sustentabilidade depende de uma intervenção direta em dois pilares: a recuperação de habitats e o combate às doenças de forma planeada.

Esta é uma das principais bandeiras da Confederação. Continuaremos a reivindicar junto das entidades decisoras que este tema seja colocado na ordem do dia, defendendo que a recuperação destas espécies ocorra da forma mais rápida possível.

O sucesso da conservação do lince ibérico é uma vitória de todos, mas a mesma não pode ser feita à custa exclusiva dos gestores das zonas de caça e dos pecuaristas. O Estado deve implementar mecanismos de compensação pelos prejuízos causados. Sem equilíbrio económico, não há sustentabilidade ambiental.

Defendemos, igualmente, que as entidades gestoras das zonas de caça sejam isentas do pagamento da taxa anual de manutenção da concessão, por um período de cinco anos. Tal medida permitiria a criação de uma reserva financeira destinada a fomentar ações essenciais para reverter o declínio das populações de espécies cinegéticas registado nos últimos anos, devido a diversos fatores sobejamente conhecidos.

Por outro lado, manifestamos o nosso desacordo quanto ao agravamento anual das taxas e licenças, aplicado tanto às entidades gestoras como aos caçadores. Consideramos que este aumento recorrente constitui um forte desincentivo à atividade, dificultando o acesso à prática cinegética e prejudicando a sustentabilidade do setor.

A Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses entra neste novo ciclo com determinação.

Queremos que o caçador seja visto como o que realmente é: um agente de conservação, um motor da economia rural e um guardião da natureza.



## SUSANA POMBO

Diretora Geral da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

### **Peste Suína Africana: um risco real e o papel decisivo dos caçadores**

A Peste Suína Africana (PSA) é hoje reconhecida como uma das doenças mais devastadoras para o setor suinícola, sendo responsável por perdas significativas nas populações de suínos e por consequências económicas muito relevantes. Atualmente presente em várias regiões do mundo — com registo em 83 países entre 2022 e 2025 — afeta não só a sanidade e o bem-estar animal, mas também a sustentabilidade das explorações e os meios de subsistência associados ao setor.

Neste contexto, a deteção recente de focos em javalis, em Espanha, veio reforçar que o risco de introdução da doença em Portugal é real e próximo.

Um dos aspetos mais preocupantes desta doença é a sua capacidade de circular de forma silenciosa durante semanas ou meses antes de ser detetada. Quando surgem os primeiros sinais, a infeção pode já estar instalada no território.

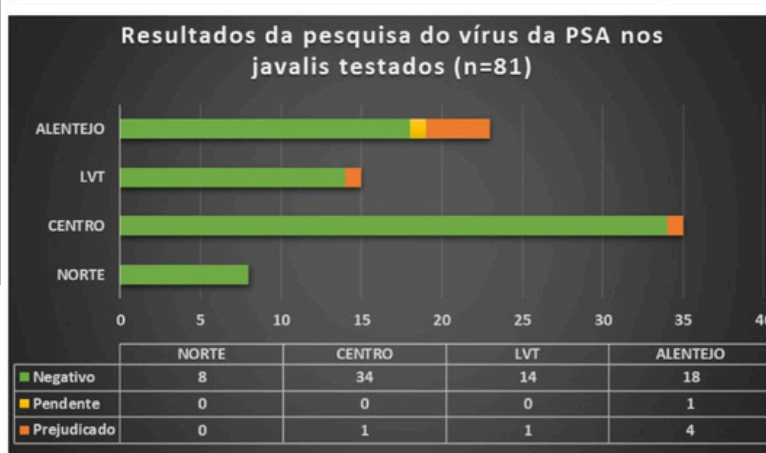
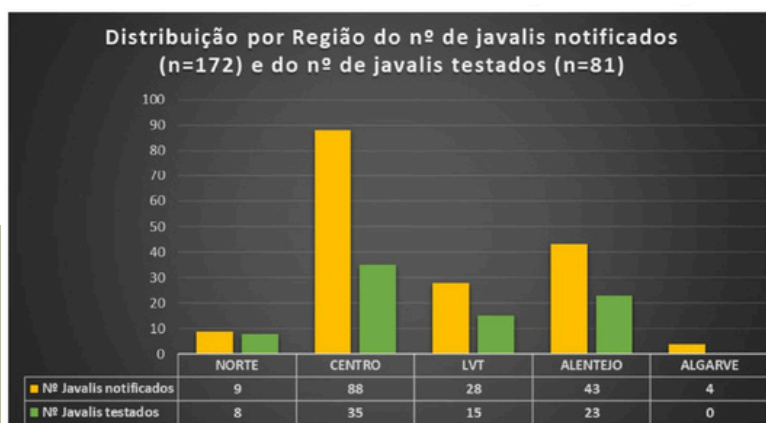
Assim, a vigilância assume um papel determinante — e é aqui que o contributo dos caçadores se revela essencial.

#### **Impacto sanitário e económico**

A PSA é uma doença viral altamente contagiosa que afeta suínos domésticos e javalis, podendo provocar taxas de mortalidade próximas de 100%.

Apesar de não representar risco para a saúde humana, o seu impacto económico é muito significativo. A confirmação de um foco implica a aplicação de medidas rigorosas, incluindo o abate sanitário de animais, restrições à movimentação e perdas económicas relevantes para todo o setor.

A experiência recente em Espanha evidencia esta realidade, com prejuízos estimados em centenas de milhões de euros associados aos focos detetados.



### Os javalis e a persistência da doença

Os javalis desempenham um papel central na epidemiologia da PSA na Europa. O vírus apresenta elevada resistência, podendo permanecer ativo durante longos períodos no ambiente, sobretudo em cadáveres de animais infetados.

Esta característica permite a manutenção da infeção nas populações selvagens, mesmo na ausência de transmissão direta contínua entre animais vivos. Acresce que os movimentos naturais destes animais contribuem para a disseminação progressiva da doença, estimando-se uma expansão média de 1 a 2 quilómetros por mês.

### Evolução das populações e risco associado

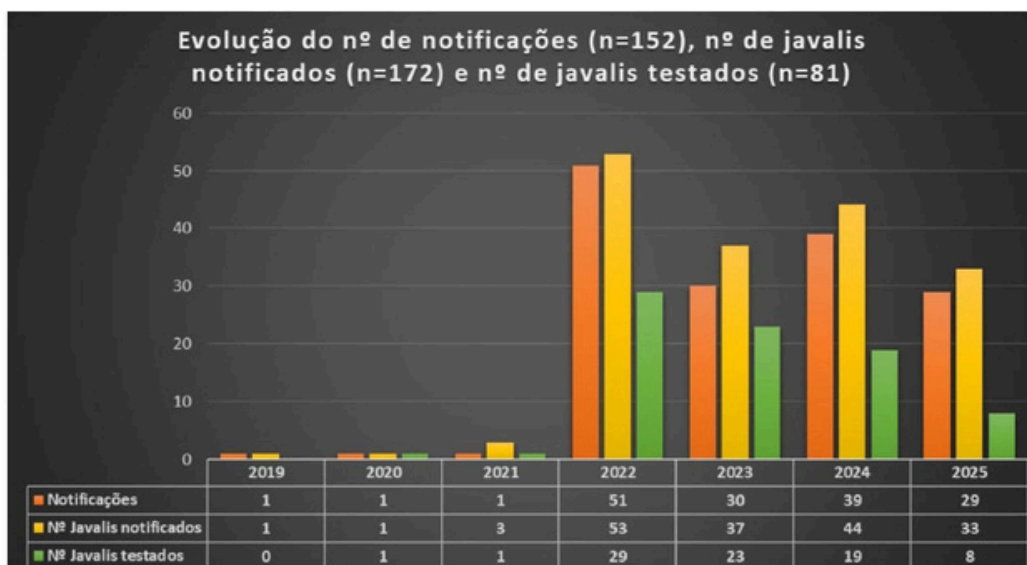
Em Portugal, a população de javalis tem vindo a aumentar de forma significativa nas últimas décadas, estimando-se, atualmente, cerca de 277 mil animais em território continental.

Este crescimento traduz-se numa maior densidade populacional e numa maior interação com sistemas de produção pecuária, sobretudo em regime extensivo, aumentando o risco de transmissão de doenças.

### Fatores de risco e vias de introdução

A evidência epidemiológica demonstra que a principal via de introdução da PSA em novas áreas está associada à atividade humana. A introdução de produtos contaminados no ambiente, o transporte de materiais ou equipamentos contaminados e a circulação de pessoas entre zonas infetadas e não infetadas constituem fatores de risco relevantes.

Por isso, a adoção de comportamentos responsáveis no terreno assume particular importância na prevenção da doença.



### Deteção precoce: o que fazer perante um javali morto

A identificação de javalis mortos no meio natural constitui, frequentemente, o primeiro sinal da presença da PSA no território. Em vários países europeus, os primeiros focos da doença foram detetados precisamente a partir da observação de animais mortos, o que demonstra a importância desta informação para a vigilância sanitária.

Esta relevância está diretamente relacionada com a forma como o vírus se comporta no ambiente. O vírus da PSA apresenta uma elevada resistência e pode permanecer infeccioso durante longos períodos nos tecidos dos animais mortos, bem como no solo e nos materiais com que contacta.

Um javali morto pode funcionar como uma fonte de infeção durante semanas ou mesmo meses, contribuindo para a manutenção e disseminação da doença na população selvagem.

Além disso, a doença pode circular de forma silenciosa durante algum tempo antes de ser detetada. Em muitos casos, os animais infetados morrem sem terem sido previamente observados sinais clínicos evidentes.



Por essa razão, a presença de cadáveres no terreno é frequentemente o primeiro indicador de que o vírus já se encontra ativo numa determinada área.

Situações desta natureza devem ser encaradas como potenciais alertas sanitários, mesmo quando não existam sinais evidentes da causa de morte. Perante um javali morto, deve evitar-se qualquer contacto ou manipulação do animal.



A manipulação do cadáver pode facilitar a disseminação do vírus através de calçado, roupa, equipamentos ou veículos, contribuindo para a sua introdução noutras zonas ou até em explorações de suínos.

Não é recomendada, igualmente, a remoção do animal do local. A permanência do cadáver permite a intervenção adequada das autoridades competentes, designadamente para efeitos de recolha de amostras e investigação epidemiológica. A sua deslocação pode comprometer a avaliação da situação e aumentar o risco de propagação da infeção.

Deve, ainda, evitar-se a circulação desnecessária na área envolvente, reduzindo o risco de transporte indireto do vírus. A comunicação imediata da ocorrência é essencial para permitir a avaliação da situação e a eventual recolha de amostras.

A rapidez desta comunicação é determinante, uma vez que permite confirmar ou excluir a presença da doença numa fase inicial e, caso necessário, implementar medidas de controlo antes que o vírus se dissemine.

A utilização de ferramentas como a aplicação ANIMAS assume particular relevância, ao permitir uma notificação simples, rápida e com indicação da localização, facilitando a atuação coordenada das autoridades.

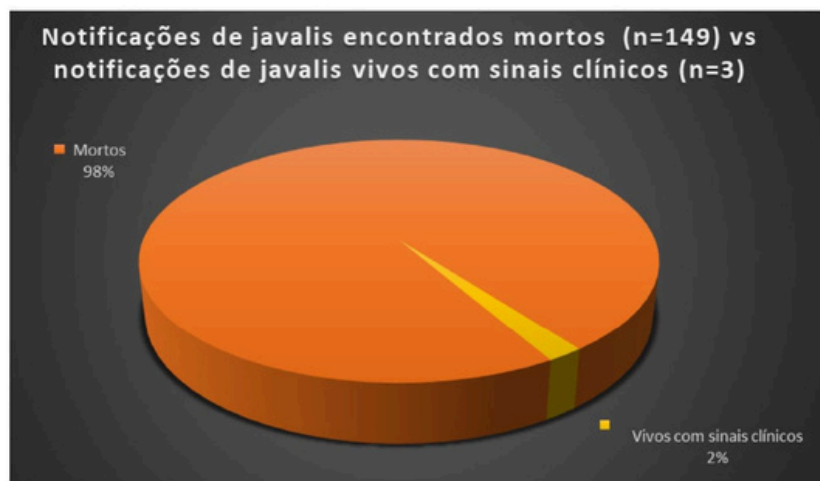
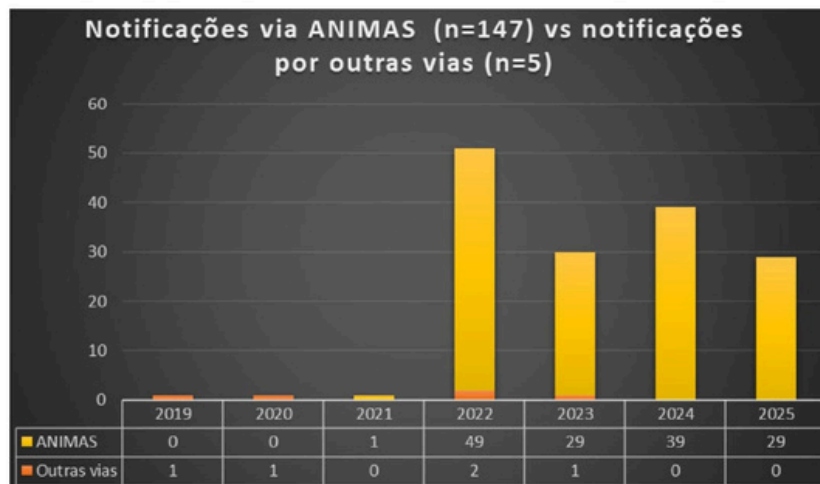
A deteção e comunicação de um javali morto não constituem apenas um procedimento de rotina, mas também uma ação essencial de prevenção. Ao permitir identificar precocemente a presença do vírus e limitar a sua disseminação, contribuem diretamente para a proteção da sanidade animal, da atividade cinegética e do setor suinícola.

### **ANIMAS: um instrumento essencial de vigilância no terreno**

No âmbito do reforço da vigilância sanitária da fauna selvagem, a ANIMAS – Aplicação de Notificação Imediata de Mortalidade de Animais Selvagens é uma ferramenta da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), dinamizada em colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Esta aplicação destina-se a todos aqueles que contactam com o meio natural, nomeadamente caçadores, gestores de zonas de caça, vigilantes da natureza, guardas-florestais, agentes do SEPNA, médicos veterinários, investigadores e público em geral, permitindo a notificação de animais selvagens encontrados mortos, abrangendo diversas espécies, incluindo mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes.

Através da ANIMAS, é possível comunicar, de forma simples e imediata, a ocorrência, indicando a localização exata do animal, o que permite a transmissão direta da informação às autoridades competentes e a sua rápida validação e acompanhamento. A aplicação pode ser utilizada através do telemóvel ou computador, facilitando a notificação em contexto de terreno.

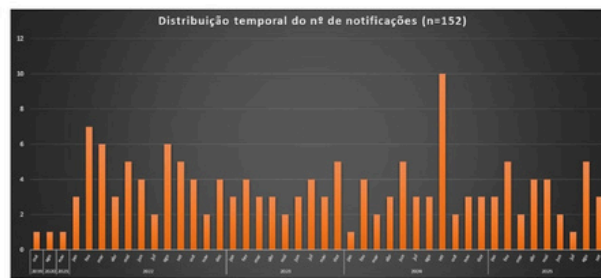


A importância desta ferramenta é evidenciada pelos dados já disponíveis. Desde a sua implementação, a grande maioria das notificações de javalis mortos passou a ser realizada através da ANIMAS, registando-se 147 notificações por esta via, face a apenas 5 notificações efetuadas por outros meios. Este padrão demonstra não só a facilidade de utilização da aplicação, mas também a sua eficácia enquanto instrumento central de comunicação no sistema de vigilância.

A evolução do número de notificações evidencia igualmente um reforço significativo da vigilância a partir de 2022, com um aumento expressivo do número de ocorrências comunicadas, refletindo uma maior adesão por parte dos utilizadores e uma crescente sensibilização para a importância da deteção precoce.

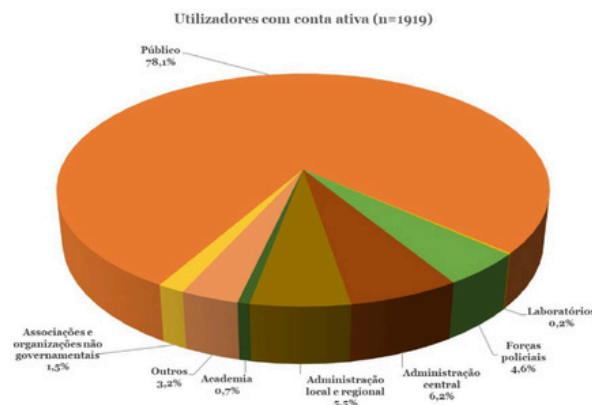
De referir, ainda, que cerca de 98% das notificações correspondem a javalis encontrados mortos, sendo residual a identificação de animais vivos com sinais clínicos. Este dado é consistente com a epidemiologia da PSA e reforça a importância da deteção de cadáveres como principal indicador da presença do vírus no meio natural.

No total, foram notificados 172 javalis, dos quais 81 foram testados, permitindo uma melhor caracterização da situação epidemiológica. A distribuição geográfica das notificações evidencia uma maior concentração nas regiões Centro, Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo, o que contribui para orientar as ações de vigilância e controlo.



Data de atualização: 3 de outubro de 2025

Informação produzida pela Divisão de Epidemiologia e Saúde Animal da Direção Geral de Alimentação e Veterinária referente a notificações de javalis encontrados mortos e javalis vivos com sinais clínicos até 30/09/2025 no âmbito da vigilância passiva da Peste Suína Africana.



Neste contexto, a ANIMAS assume-se como um instrumento fundamental que permite ligar a observação no terreno à tomada de decisão, encurtando o tempo entre a deteção de uma ocorrência e a intervenção das autoridades. A qualidade e a rapidez da informação recolhida são determinantes para a implementação de medidas adequadas e para a contenção de eventuais focos de doença.

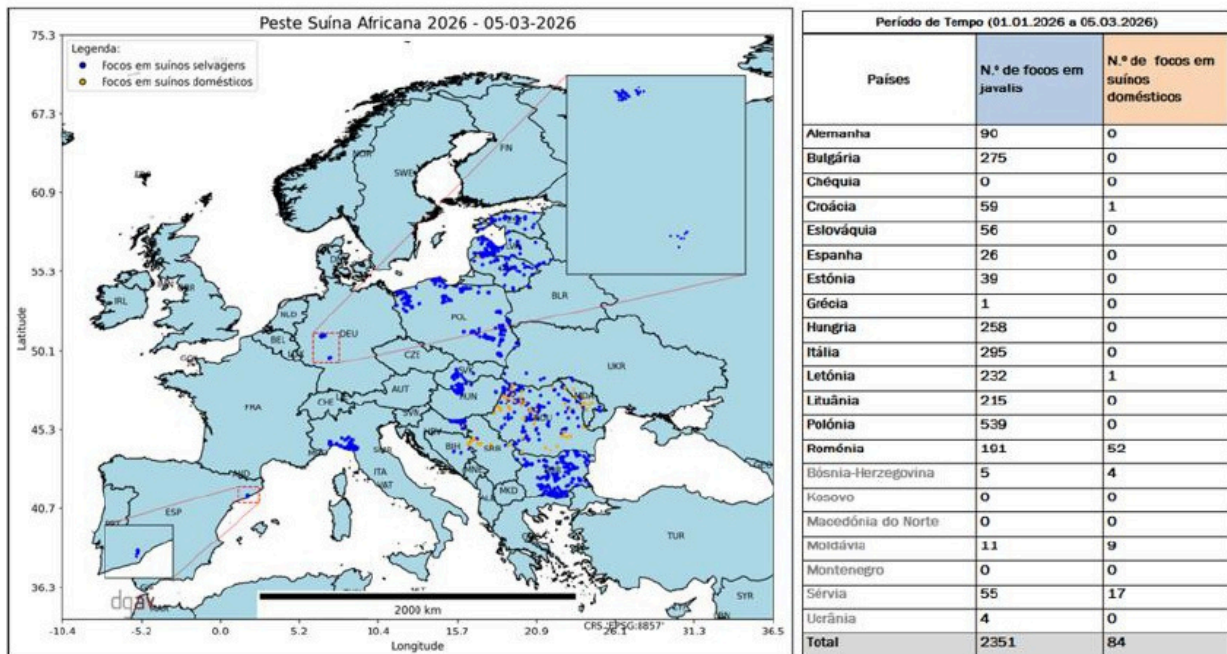
A sua eficácia depende, no entanto, da participação ativa de todos os utilizadores do meio natural, em particular dos caçadores, que, pela sua presença regular no território, são frequentemente os primeiros a identificar estas situações. Cada notificação efetuada constitui um contributo direto para o reforço da vigilância sanitária e para a proteção da sanidade animal.

A aplicação encontra-se disponível para utilização nesta página: <https://animas.icnf.pt>

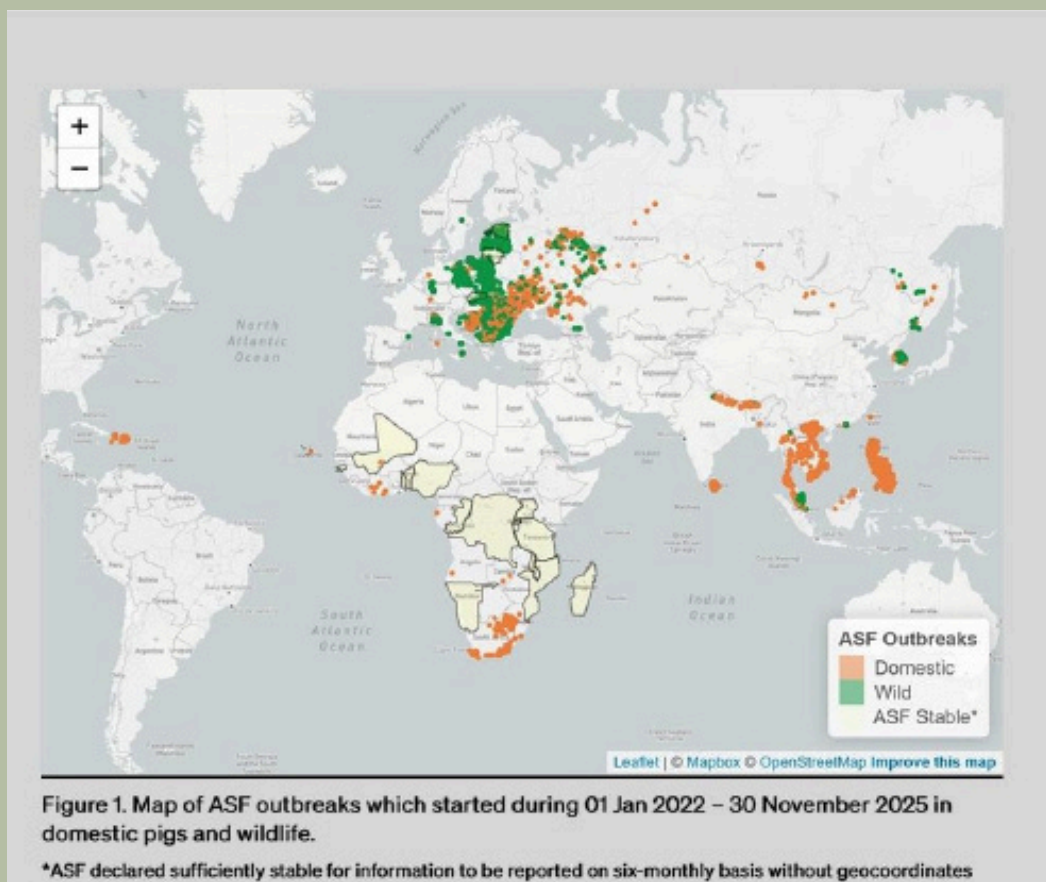
### O papel dos caçadores na vigilância

Pela sua presença regular no território e pelo conhecimento das populações de javalis, os caçadores assumem um papel particularmente relevante na vigilância da Peste Suína Africana.

A sua atividade proporciona um contacto direto e contínuo com o meio natural, permitindo acompanhar a evolução das populações, identificar alterações no comportamento dos animais e reconhecer situações que fogem ao padrão habitual. Esta proximidade ao terreno confere-lhes uma capacidade única de deteção precoce.



Fonte dos dados: - Sistema de notificação de doenças animais da Comissão Europeia (ADIS)





Os caçadores são, frequentemente, os primeiros a identificar situações anómalas, nomeadamente a ocorrência de animais mortos ou alterações no comportamento das espécies, constituindo, assim, a primeira linha de deteção da doença. A comunicação atempada destas ocorrências, nomeadamente através da ANIMAS, permite desencadear rapidamente as medidas necessárias para a contenção da doença.

Além deste papel na deteção precoce, o comportamento adotado pelos caçadores no exercício da sua atividade é igualmente determinante para prevenir a introdução e disseminação do vírus. A experiência europeia tem demonstrado que muitos surtos estão associados a práticas humanas aparentemente pouco relevantes, mas com elevado impacto sanitário.

Importa, por isso, reforçar algumas medidas de precaução, quer no âmbito da atividade cinegética, quer em situações de deslocação entre diferentes áreas.

Durante a atividade de caça, deve ser assegurada a limpeza e, sempre que possível, a desinfeção do equipamento no local, reduzindo o risco de transporte do vírus para outras zonas. É igualmente importante evitar deixar alimentos no terreno, nomeadamente para alimentação de javalis, uma vez que esta prática pode aumentar o contacto entre animais e favorecer a disseminação da doença.

No caso de troféus de caça, estes devem ser devidamente limpos e desinfetados antes de serem transportados para fora da área onde foram obtidos.

Sempre que ocorram deslocações, em particular para regiões onde a doença esteja presente, deve evitar-se o transporte de produtos de origem suína, salvo quando devidamente controlados e declarados às autoridades competentes.

Deve também ser evitado o contacto desnecessário com explorações de suínos ou com javalis, de forma a reduzir o risco de transmissão indireta do vírus.

Estas medidas, embora simples, são fundamentais para limitar a propagação da PSA.

O seu cumprimento contribui não só para a proteção das populações de javalis, mas também para a salvaguarda do setor suinícola e da atividade cinegética. A sua atuação informada e responsável constitui, assim, um contributo determinante para a proteção da sanidade animal, da atividade cinegética e do setor suinícola nacional.



### **Conclusão**

A Peste Suína Africana representa uma ameaça real e próxima, com consequências potencialmente muito graves para o setor suinícola nacional.

A sua prevenção depende de uma abordagem integrada, assente na vigilância no terreno, na deteção precoce e na comunicação atempada.

Os caçadores assumem um papel central, sendo parceiros fundamentais na proteção da sanidade animal e na salvaguarda do território.

### **Bibliografia**

- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV).
- Portal institucional – Sanidade Animal e Peste Suína Africana. Disponível em: <https://www.dgav.pt>
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV).
- Notificação de animais selvagens mortos – ANIMAS. Disponível em: <https://animas.icnf.pt>
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).
- Plano Estratégico e de Ação do Javali em Portugal – Relatório Final, 2023.
- Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA).
- African swine fever in wild boar – epidemiology and control measures.
- EFSA Journal.
- Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA).
- African Swine Fever – Technical Disease Card. Disponível em: <https://www.woah.org>



## Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses elege Órgãos Sociais para o quadriénio 2026–2030

O ato eleitoral decorreu em Loures, no passado dia 11 de abril. Os Órgãos Sociais eleitos vão conduzir a entidade no quadriénio 2026–2030.



A CNCP – Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses elegeu, no dia 11 de abril, em Loures, os Órgãos Sociais que vão conduzir a entidade no quadriénio 2026–2030.

O ato eleitoral contou com a presença de dirigentes das várias federações do país, autarcas e representantes do setor, os quais testemunharam a renovação da confiança na liderança da estrutura máxima da caça em Portugal.

Vítor Palmilha foi reconduzido como Presidente da Direção, contando com António Martins Antunes (Federação de Viseu) na Presidência da Assembleia Geral.

José Fernando Figueiredo Luís (Federação do Algarve) mantém-se na presidência do Conselho Fiscal, enquanto Manuel Carvalho Pereira, da mesma federação, assume a presidência do Conselho Jurisdicional.

O Conselho Técnico passa a ser liderado por Manuel António Carvalho (Federação da 1.ª Região Cinegética), ao passo que Jorge Íris Nogueira (Federação da Beira Interior) assume a liderança do Conselho Disciplinar e Nelson Ribeiro Coutinho (OESTECAÇA) a presidência do Conselho de Arbitragem.

No seu discurso de tomada de posse, Vítor Palmilha deixou claro que este será o seu último mandato à frente da Confederação. O dirigente afirmou que, perante os desafios do setor, não podia ficar indiferente aos apelos de vários quadrantes que o motivaram a avançar para mais este mandato. Vítor Palmilha assegurou que tudo fará para defender os interesses dos caçadores e preparar uma nova liderança, que continue a pugnar pelos direitos e deveres dos caçadores e do mundo rural.

Durante a cerimónia, foi destacado o papel fundamental dos caçadores na recuperação do património cinegético e na preservação da fauna e flora, sublinhando-se o peso económico do setor e a urgência de medidas concretas por parte do Governo.

A encerrar a sessão, Vítor Palmilha manifestou total disponibilidade para colaborar com as entidades públicas, apelando, contudo, a que as reformas não sejam feitas à revelia das organizações e mantendo o compromisso de união entre as várias federações que compõem a CNCP, do Minho ao Algarve.



**Assembleia Geral da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses que decorreu no dia 11 de abril, em Loures.**



**Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNCP, Mário Antunes, ladeado por Manuel Martins e Jorge Vaz.**



## ÓRGÃOS SOCIAIS DA CNCPP – QUADRIÉNIO 2026-2030

### ASSEMBLEIA GERAL

**Presidente:** António Mário Martins Antunes (Federação dos Clubes de Caça e Pesca do Distrito de Viseu)

**Vice-Presidente:** Manuel Dias Horta Martins (Federação Alentejana de Caçadores)

**Secretário:** Claudio Filipe Lourenço Machado (Federação de Caçadores do Algarve)

**Suplente:** Francisco Castanheira Pinto (Federação das Associações de Caçadores da 1ª Região Cinegética)

### PRESIDENTE

**Presidente:** Vítor Manuel Bota Palmilha (Federação de Caçadores do Algarve)

### DIREÇÃO

**Presidente:** Vítor Manuel Bota Palmilha (Federação de Caçadores do Algarve)

**Vice-Presidente:** André Cid Ferreira (Federação de Caça e Pesca da Beira Interior)

**Vice-Presidente:** Joaquim António Faustino (Federação das Zonas de Caça do Oeste - OESTECAÇA)

**Vice-Presidente:** Nuno Augusto de Mira Curva Ferro (Federação Alentejana de Caçadores)

**Vice-Presidente:** João Manuel Rodrigues Alves (Federação das Associações de Caçadores da 1ª Região Cinegética)

**Secretário:** João Manuel Cristóvão Arez (Federação de Caçadores do Algarve)

**Tesoureiro:** Vítor Rebelo de Oliveira (Federação de Caça e Pesca da Beira Interior)

**Vogal:** Carlos Manuel da Silva Rodrigues (Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral)

**Vogal:** Vítor Manuel Matos Figueiredo (Federação dos Clubes de Caça e Pesca do Distrito de Viseu)

**Vogal:** José Francisco Palma Lampreia (Federação Alentejana de Caçadores)

**Vogal:** José Manuel Vieira Fonseca (Federação de Caçadores do Algarve)

**Vogal:** António Manuel Pereira Quintal (Federação dos Clubes de Caça e Pesca do Distrito de Viseu)

**Vogal:** Jorge Manuel Glórias Rentes (Federação das Associações de Caçadores da 1ª Região Cinegética)

**Vogal:** Joaquim Domingos Pereira Rosa (Federação das Zonas de Caça do Oeste - OESTECAÇA)

**Vogal:** António Afonso Inácio (Federação Alentejana de Caçadores)

**Vogal:** Nuno Duarte Pinhata Santos (Federação de Caçadores do Algarve)

**Vogal:** Paulo Fernando de Matos Corga Rocha (Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral)

**Vogal:** António Maria Fernandes (Federação das Associações de Caçadores da 1ª Região Cinegética)

**Vogal:** Gonçalo Simão Fernandes Teixeira (Federação de Caça e Pesca da Beira Interior)

**Vogal:** Manuel Joaquim Pereira Lourenço (Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral)

**Vogal:** José Casimiro Infante Faustino (Federação das Zonas de Caça do Oeste - OESTECAÇA)

**Vogal:** António dos Santos Resende (Federação dos Clubes de Caça e Pesca do Distrito de Viseu)

### CONSELHO FISCAL

**Presidente:** José Fernando Figueiredo Luís (Federação de Caçadores do Algarve)

**Vogal:** José António Silva Alves (Federação das Zonas de Caça do Oeste - OESTECAÇA)

**Relator:** João Roque Cavalheiro Duarte (Federação de Caça e Pesca da Beira Interior)

**Suplente:** José Guilherme Carvalho Almeida (Federação dos Clubes de Caça e Pesca do Distrito de Viseu)

Continua na página seguinte



## ÓRGÃOS SOCIAIS DA CNCPP – QUADRIÉNIO 2026-2030

### CONSELHO JURISDICIONAL

**Presidente:** Manuel Carvalho Pereira (Federação de Caçadores do Algarve)

**Vice-Presidente:** João Manuel Fialho de Sousa (Federação Alentejana de Caçadores)

**Vogal:** Jaime Luis Fernandes Costa (Federação de Caçadores do Algarve)

**Suplente:** Armindo Caseiro Cepeda (Federação das Associações de Caçadores da 1ª Região Cinegética)

### CONSELHO TÉCNICO

**Presidente:** Manuel António Machado Carvalho (Federação das Associações de Caçadores da 1ª Região Cinegética)

**Vice-Presidente:** Manuel António Matias Alho (Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral)

**Vogal:** Francisco Duarte Gabriel (Federação de Caça e Pesca da Beira Interior)

**Suplente:** Bruno Miguel de Duarte e Fragoso (Federação de Caçadores do Algarve)

### CONSELHO DISCIPLINAR

**Presidente:** Jorge Iris Nogueira (Federação de Caça e Pesca da Beira Interior)

**Vice-Presidente:** Paulo Jorge Mendes Nabais (Federação de Caça e Pesca da Beira Interior)

**Vogal:** Licínio Carnaz Monteiro Abrunheiro (Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral)

**Suplente:** César Manuel Carvalho Santos (Federação das Zonas de Caça do Oeste - OESTECAÇA)

### CONSELHO DE ARBITRAGEM

**Presidente:** Nelson Ribeiro Coutinho (Federação das Zonas de Caça do Oeste - OESTECAÇA)

**Vice-Presidente:** João Alves Pereira Ribeiro (Federação das Associações de Caçadores da 1ª Região Cinegética)

**Vogal:** José Manuel Andrade Gomes (Federação de Caça e Pesca da Beira Interior)

**Suplente:** Vitalino Gonçalves Malveiro (Federação Alentejana de Caçadores)



# CNCP promove formações para obtenção da licença de uso e porte de arma nos distritos de Bragança e Vila Real

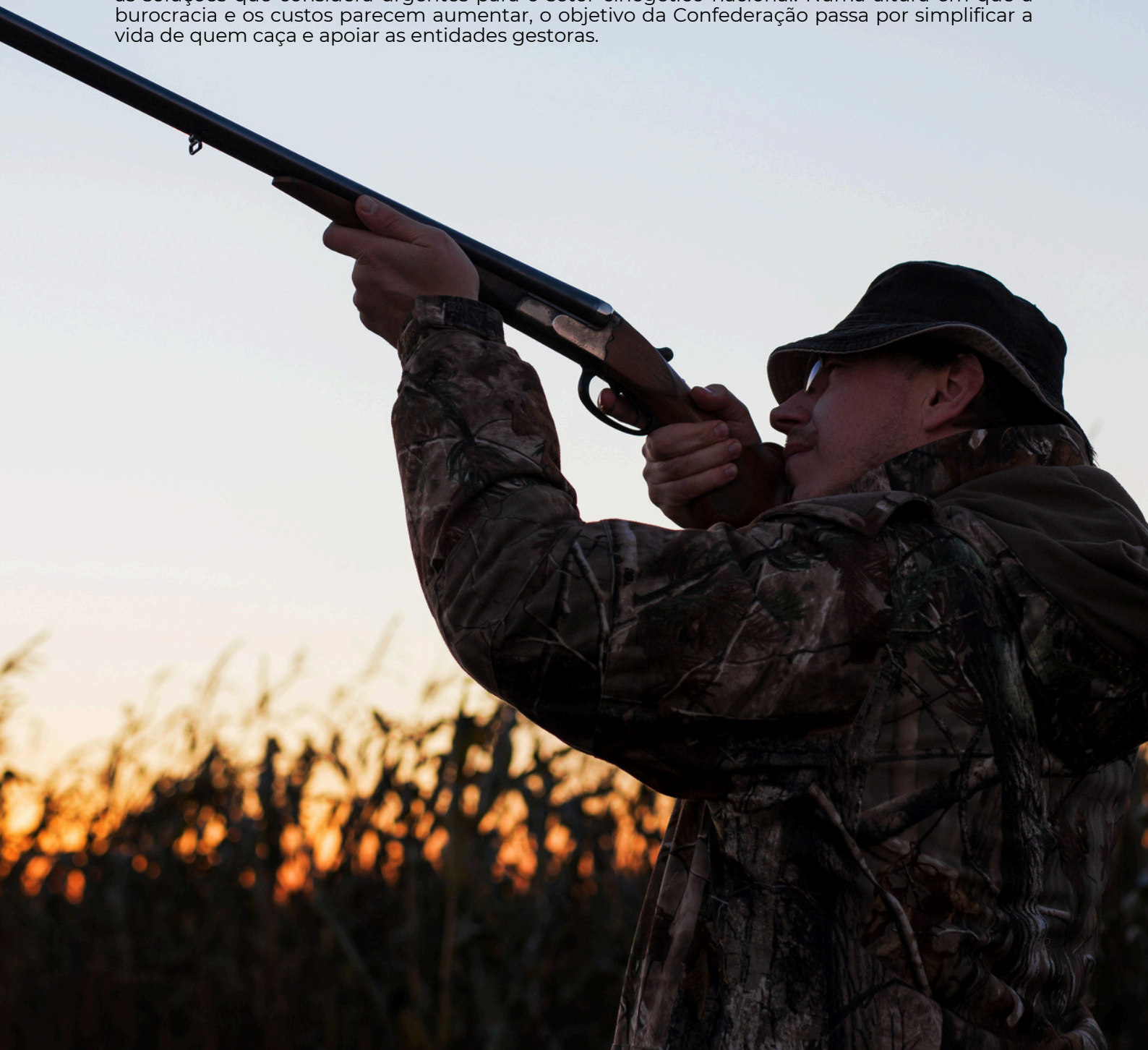
Desde 2023 que a Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses ministra formações para a licença de uso e porte de arma ao abrigo do Alvará para Atividade de Formação Técnica e Cívica para o Uso e Porte de Armas de Fogo, concedido pela Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública.

No âmbito deste calendário, as próximas ações formativas serão realizadas nos distritos de Bragança e Vila Real.

A Confederação prevê o alargamento destas ações a outros distritos.

# Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses apresenta propostas ao Governo

A Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses (CNCP) enviou recentemente uma missiva ao Secretário de Estado das Florestas, Rui Ladeira, na qual sintetiza as preocupações e as soluções que considera urgentes para o setor cinegético nacional. Numa altura em que a burocracia e os custos parecem aumentar, o objetivo da Confederação passa por simplificar a vida de quem caça e apoiar as entidades gestoras.



### Documentação à distância de um clique: a app gov.pt

Um dos pontos centrais desta comunicação prende-se com a modernização administrativa. A CNCP propôs a integração de toda a documentação obrigatória do caçador, como a carta de caçador, a licença de uso e porte de arma, os livretes das armas, o seguro e as licenças de cães e toda a documentação necessária ao caçador para o ato venatório, na carteira digital do Estado (app gov.pt).

Esta medida visa proteger os caçadores do risco de perda ou deterioração dos documentos físicos em dias de temporal, garantindo que o exercício da caça acompanha a evolução tecnológica que já se aplica a quase todos os outros setores da sociedade. É um passo essencial para uma "caça sem papel" e sem riscos desnecessários.

### PEPAC e as discriminações geográficas

A Confederação manifestou também a sua discordância com os critérios de financiamento no âmbito do PEPAC, nomeadamente na medida 3.2.7 (Gestão da fauna selvagem).

Atualmente, as candidaturas estão limitadas a concelhos de baixa densidade, deixando de fora 113 municípios do país.

A posição da CNCP é inequívoca: todos os caçadores pagam as suas licenças e todas as entidades gestoras (Clubes, Associações e Empresas Turísticas) pagam as suas taxas. Criar critérios geográficos que impedem o acesso a apoios é uma enorme injustiça e uma desigualdade que prejudica a gestão cinegética nacional.

### Um setor em alerta: do furtivismo ao lince

A missiva abordou ainda temas críticos que marcam o quotidiano das nossas Zonas de Caça:

- **Controlo de custos:** a proposta de não atualização das taxas para a época 2025/2026 e a isenção da taxa anual de manutenção durante 5 anos.
- **Recuperação de espécies:** a urgência em implementar Planos Nacionais para a perdiz-vermelha, coelho e lebre.
- **Impacto dos predadores:** os prejuízos graves causados pelo lince nas espécies cinegéticas e na pecuária, que continuam sem qualquer compensação para as entidades gestoras.
- **Fiscalização:** o combate ao furtivismo, um problema crescente que exige respostas firmes.

A Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses continuará a lutar para que estas reivindicações sejam integradas na regulamentação da Lei da Caça, garantindo que o caçador português seja respeitado e que a biodiversidade seja gerida com equilíbrio e sustentabilidade.

# Perspetivas e desafios do setor cinegético em Portugal

Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses  
Maio de 2026



**Reproduzimos na íntegra o documento enviado ao Governo pelos órgãos sociais da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses.**

## Introdução

A Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses (CNCP) foi fundada em 25 de setembro de 1993, por escritura pública realizada na cidade de Bragança. É a organização de cúpula mais representativa dos caçadores. Tem a responsabilidade de dar voz a todos os clubes e associações integradas nas Federações das diferentes regiões do país, suas associadas. No presente, constituem a CNCP as seguintes Federações: Federação de Caçadores de Entre Douro e Minho; Federação das Associações de Caçadores da 1.ª Região Cinegética; Federação dos Clubes de Caça e Pesca do Distrito de Viseu; Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral; Federação de Caça e Pesca da Beira Interior; FEDERCAÇA – Federação de Caçadores do Centro; OESTECAÇA – Federação das Zonas de Caça do Oeste; FAC – Federação Alentejana de Caçadores; Federação de Caçadores do Algarve.

Neste período de atividade, a CNCP teve como missão a promoção da caça nas estruturas internas, na Administração e demais agentes, estimulando a mudança de atitude face à caça e aos caçadores. O acompanhamento e salvaguarda dos interesses de todos os caçadores, divulgando a importância dos mesmos enquanto agentes económicos nas regiões mais necessitadas do país. Desde a sua fundação, a CNCP tem procurado dinamizar o movimento associativo pugnano por uma progressiva participação dos caçadores no ordenamento cinegético do território nacional e na utilização sustentável dos recursos. Neste contexto, a formação dos caçadores e o seu envolvimento em atividades que prossigam essa mesma formação, apelando a uma postura cívica e ética perante a caça, em particular; e a sociedade, em geral, tem sido um objetivo sempre presente. No dia 11 de abril, foi eleita uma nova Direção da CNCP, pelo que, gostaríamos apresentar os nossos respeitosos Cumprimentos a Sua Excelência e dar a conhecer as fragilidades e os problemas do setor cinegético que nos preocupam.

## 1. PSA (Peste Suína Africana) (Anexo I) – Publicação de Decreto lei

Pretende, em particular, a Direcção-Geral de Veterinária (DGAV), publicar Decreto-lei que substitua os habituais Editais e transmita, de forma acrescida, força punitiva ao diploma. De facto, é objetivo que o decreto defina um Plano de prevenção do contágio e propagação da doença em Portugal, a partir do vírus já presente em vários países da EU e puna duramente, por incumprimento, os atores perspetivados como interventores no processo de introdução e propagação do vírus no país, entre os quais e, de forma distintiva, identifica os caçadores. Entretanto, deles se espera que sejam agente fundamental e pagante no sucesso do combate, objetivos conflituantes.

É com naturalidade e compreensão que se recebem as preocupações da DGAV com os riscos que a eventual chegada da PSA ao país podem representar, face à dimensão dos eventuais danos, na economia, na vida das pessoas e na própria vida dos suínos na sua globalidade, enquanto seres vivos. O diploma surge num contexto em que o Estado, pelo anterior Governo, encomendou um estudo e delineou um Plano Estratégico e de Acção para o javali em Portugal, que pretende baixar a sua população a uma taxa anual de cerca de 30%, pelos estragos e prejuízos que causa, os acidentes que provoca e os riscos biossanitários que representa, face à proximidade e progressão da PSA na Europa Ocidental. Afirmou-se, na altura, que se esperava dos caçadores o papel, que é cívico neste contexto, de, em boa medida, concretizarem estes desígnios, através do abate.

Este é o mesmo Estado que agora pretende impor e publicar um decreto-lei que, para lá de alguma precisão e novidade acrescidas nos procedimentos de biossegurança, prevê, para um eventual incumprimento, os mecanismos persecutórios e penalizadores dos cidadãos caçadores fiscalizados pela GNR, conforme propósito anunciado no lançamento da ideia do projeto. Aos caçadores vai caber a responsabilidade de, sempre que realizarem uma montaria ou fizerem uma espera, não deixar os fluidos da evisceração chegarem ao solo, desinfetar viaturas, roupas e eles próprios, enterrar as vísceras com retroescavadora e ... pagar. Daqui o Estado lava as mãos.

Numa situação que é de ausência de contágio, coloca o Setor da Caça num exigente exercício permanente de proteção civil até que o contágio chegue, por muitos anos e de custos exclusivos para os caçadores. Se dúvidas existem nalguns espíritos acerca da classificação de exercício, basta lembrar que, quando surgir o contágio, nada nos será pedido, porque, naturalmente, não podemos caçar. Ao fim e ao cabo, o Estado limita-se a solicitar-nos que façamos o nosso papel cívico, soframos as penalidades, monetárias ou outras, que estão ameaçadoramente presentes no diploma, e paguemos o exercício de protecção civil que o Estado planeou para nós até que a PSA chegue.

Não se põe em causa que seja necessário transmitir rigor biossanitário e segurança, em particular ao processo de evisceração, mas espera-se mais dum Estado do que o que atrás está dito e agora ainda que, entre outros procedimentos pouco viáveis, contratemos uma retroescavadora, paguemos e façamos do território nacional uma enorme vala comum, pois nem aos aterros nos podemos dirigir e incinerar, só se tudo pagarmos. De notar que se pretende que se faça isto em terrenos ao abrigo de contratos de cessão de direitos de caça, não direitos para abrir valas para enterrar vísceras, cujos proprietários não estão obrigados a autorizar e, a prazo, a maior parte rejeitará esse papel imundo. Por outro lado, é preciso cuidar da equidade do que se pede a cada um face ao volume de abates/subprodutos que gera, o que o diploma não consegue e manifesta desequilíbrios não admissíveis.

Por fim, há que dizer que, enquanto espécie cinegética de caça maior, o javali, até pela intensidade da sua caça nos últimos vários anos, tem vindo a perder já população nalgumas regiões e notoriedade nas preferências dos caçadores. Por outro lado, cremos que as medidas preconizadas e persecutórias do decreto-lei dissuadirão muitos de entre estes, como acreditamos que, por esse motivo, pode estar a caminho a retoma do crescimento populacional da espécie e, dele decorrente, dos riscos de contágio. Seria lamentável que tal acontecesse, pois a eficácia, o equilíbrio e o ordenamento comportamental exigidos aos atores aconselham e recomendam os caçadores como os únicos elegíveis para que se atinjam os objetivos em causa, no que à redução do efetivo respeita.

## 2. Pagamento, pelas organizações de caçadores, de prejuízos causados por espécies selvagens de caça maior – Javali

As espécies selvagens de caça maior em liberdade (não contidas em cercões) causam, por vezes, prejuízos em culturas e pastagens, a título de exemplo, que o Estado definiu que devem ser pagos pelas entidades gestoras da Zona de Caça (ZC) em que os prejuízos ocorrem; porém, esses animais não são detidos por ninguém nem estão indexados a qualquer marca, visível ou eletrónica, que ateste a sua residência na ZC em causa. Quando provocam acidentes nas estradas, nalguns casos envolvendo a morte de transeuntes, em espaços que são propriedade do Estado, o Estado não paga os prejuízos nem cria condições para que as companhias de seguro automóvel o tenham de fazer. Como não estão lá os caçadores para pagar, os cidadãos transeuntes ficam completamente à sua sorte.

Devemos lembrar que o javali, como, a título de exemplo, os gamos e os veados, são animais selvagens, por definição da própria EU aqueles que não são detidos por ninguém, o mesmo que dizer que os javalis não são dos caçadores. Acresce que o estudo atrás referido mostrou que, à noite, se deslocam de 3 a 6 quilómetro, comportamento próprio do que, de facto, não é de ninguém. É esta realidade que dificulta a atribuição de responsabilidades, mesmo a aplicação da legislação dos seguros ao caso dos acidentes envolvendo, principalmente viaturas e javalis ou outros animais de caça maior, alguns na origem de morte de pessoas. Ainda assim, apesar de manter a bonomia da isenção das seguradoras da obrigação de segurar os cidadãos expostos aos acidentes ou de assumir ele próprio essa responsabilidade, por que os animais selvagens não são de ninguém, o Estado mantém na legislação (Decreto-Lei 202/2004) a disposição que obriga os caçadores a pagar os prejuízos causados pelos javalis nas suas zonas de caça, onde, muitas vezes, nem têm sequer local para ali se acoitarem.

O bom senso da generalidade dos proprietários envolvidos em casos destes é superior ao do Estado e da legislação que este produz, daí que não seja permanente a exigência de que as organizações dos caçadores se responsabilizem pela assumpção dos custos eventualmente envolvidos em casos como este, mas insiste-se em manter na legislação esta obrigação, que, no nosso entendimento, deve ser eliminada. Mais, chega-se a ouvir, dos agentes do Estado, na Comunicação Social, manifestações de orgulho pela solução que encontraram para arranjar um pagador, o caçador.

## 3. Resultados de exploração cinegética e caçadores associados

As entidades gestoras e concessionárias de zonas de caça encontram-se obrigadas a comunicar, anualmente, até 15 de junho, ao ICNF os resultados anuais de exploração cinegética (artigo 19.º e 42.º do Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de Agosto na sua atual redação), bem como a atualização dos caçadores associados. De modo a desburocratizar todo o processo, deverá ser desenvolvida uma plataforma eletrónica, onde seja possível às Organizações do Setor da Caça (OSC) de Nível 1 introduzir os quantitativos de espécies cinegéticas abatidas por zona de caça e por época venatória; atualizar os caçadores associados em cada zona de caça associativa; atualização das moradas e sedes sociais dos clubes, associações e entidades turísticas.

Este procedimento permitiria, de forma rápida e expedita, quantificar o número de exemplares abatidos por espécie cinegética e época venatória em Portugal, libertando, assim, os funcionários do ICNF de introduzir manualmente, numa base de dados os resultados de exploração cinegética. Surge aqui um problema de procedimentos, visto que muitos clubes, associações e entidades turísticas não têm meios estruturais, técnicos e humanos, capazes de executar tais tarefas. Como tal, irão recorrer às Federações suas representantes, sobrecarregando de forma brutal os meios já assoberbados das mesmas. Pelo desempenho desta tarefa, as OSC devem ser ressarcidas de um apoio financeiro, através de um contrato programa de transferência de competências.

#### 4. PDR2020 – Alteração de portaria (PEPAC)

A medida 8.2.1 do PDR2020 – Gestão de Recursos Cinegéticos é regulamentada pela Portaria n.º 188/2016 de 13 de Julho, que presentemente apresenta alguns constrangimentos, impossibilitando um número considerável de zonas de caça de se candidatarem, conforme descrito no ofício entregue pessoalmente a Sua Excelência.

#### 5. Venda de licenças de caça a não residentes

Retomar a autorização que possibilita a venda de licenças de caça a não residentes, por parte das OSC de nível 1, que se encontra presentemente suspensa.

#### 6. Taxa anual de manutenção da concessão

No decorrer dos últimos anos, tem-se verificado um decréscimo nos efetivos de espécies cinegéticas, nomeadamente nas espécies de caça menor, as mais populares entre os caçadores. Esta diminuição de espécies cinegéticas está associada ao aparecimento de diversas doenças, que passaram a afetar espécies que anteriormente não eram afetadas, como é o caso da mixomatose na lebre, o vírus Bagaza na perdiz e a já conhecida doença hemorrágica viral nos coelhos com novas variantes. A todos estes problemas de ordem sanitária, ainda nos deparamos com as alterações climáticas, a conjuntura mundial que agravou os preços dos cereais e o flagelo dos incêndios rurais, que, para além de matarem espécies cinegéticas, destroem habitats, locais de alimentação e sinalização das zonas de caça. Para fazer face a esta dificuldade, propomos que as entidades gestoras de Zonas de Caça sejam isentadas do pagamento da taxa anual de manutenção da concessão, por um período de 5 anos, permitindo, assim, que as entidades concessionárias de zonas de caça, disponham de uma almofada financeira, que lhes permita efetuar mais investimentos em ações de fomento cinegético, de modo a reverter o decréscimo de espécies cinegéticas.

#### 7. Situação de alerta

No decorrer dos anos de 2021/2022, o governo decretou diversas situações de alerta que coincidiram com dias de caça, gerando grande confusão entre os caçadores, ficando sem saber se podiam ou não praticar o ato venatório. Os caçadores são agentes ativos do mundo rural, que zelam pela defesa e integridade dos espaços rurais e florestais, desenvolvendo ações de vigilância do território no desempenho da sua atividade. Exemplo disso é o protocolo intitulado “Cada Caçador um Vigilante”, assinado em 2018, entre o ICNF e as OSC de nível 1. (Anexo 2). Pelo exposto, solicita-se a V. Ex.<sup>a</sup> que, em futuras situações de alerta que venham a ser decretadas, seja permitida a prática da caça nos espaços florestais definidos nos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios.

#### 8. Formação para caçadores

De modo a dotar os candidatos à obtenção da carta de caçador de conhecimentos teórico-práticos, deverá ser instituída a obrigatoriedade de frequência com aproveitamento de uma ação de formação, ministrada pelas OSC de nível 1, à semelhança do sucedido com os candidatos para obtenção de licença de uso e porte de arma.

## 9. Furtivismo: um problema em expansão

Pelo Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de Fevereiro de 2006, o Corpo Nacional da Guarda Florestal foi extinto e os seus efetivos integrados na carreira florestal das equipas de protecção florestal do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana. Esta passagem de competências levou a que se passasse de uma efetiva fiscalização sobre o furtivismo para uma maior fiscalização sobre os caçadores em atos cinegéticos e não só, também muito devido a uma maior organização no setor da caça, com a maior parte do país em regime ordenado, o que facilita a fiscalização sobre os caçadores. Sem uma fiscalização operacional sobre o furtivismo, este tem vindo a aumentar nos últimos anos, sentindo-se este fenómeno por todo o país, sem medidas efetivas que visem o seu controlo.

## 10. Perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*)

A reação que do Estado se espera face à situação atual dos efetivos das diferentes espécies: face à diminuição de efetivos das espécies cinegéticas de caça menor, em muito larga medida pelos problemas sanitários que registam – coelho (hemorrágica viral, mixomatose), lebre (mutação de mixomatose), perdiz (alterações climáticas e de práticas agrícolas e culturais, vírus bagaza), codorniz e rola brava (alterações climáticas e de práticas agrícolas e culturais na Europa e no Norte de África, particularmente em Marrocos) – impõe-se que Portugal reaja, dentro das suas fronteiras como no âmbito da EU, sob pena da perda significativa da biodiversidade que sempre a caracterizou, de que o quadro abaixo dá conta:

- Perdiz (Época 2024/2025): Quebra considerável e generalizada do efetivo, também e provavelmente geneticamente afetado.
- Lebre (Época 2024/2025): De espécie abundante a pouco frequente em muitas áreas do território.
- Coelho (Época 2024/2025): Completamente desaparecido de áreas consideráveis do território.
- Tordo (Época 2024/2025): O efetivo tem vindo a sofrer considerável redução na migração.
- Torcaz sedentário (Época 2024/2025): Efetivo estável.
- Torcaz migratório (Época 2024/2025): À semelhança do ano transato, praticamente não se fez presente na migração.
- Rola brava (Época 2024/2025): De efetivo migrante muito inferior ao de outros tempos, tem a sua caça proibida.
- Galinhola (Época 2024/2025): Na presente época e para a maior parte do país, registou a menor presença de que há memória.

Analisa-se, de seguida, a título de exemplo, dois aspetos que, para lá do quadro acima, suscitam reflexão e podem fornecer uma ideia dos caminhos que a caça tem percorrido no nosso país e do arrepio que é necessário encetar.

### a. Plano Nacional de Recuperação da perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*)

Um conjunto alargado de entidades, muito para lá do Setor da Caça, considerou a sua realização como de necessidade imperiosa, mais do que qualquer outro. A chegada de outro Governo do mesmo partido ignorou, neste campo, tudo o que o Governo antecessor fizera que acontecesse. Quando, há cerca de cinco anos atrás, o CCGECB decidiu, em plenário, o seu primeiro Plano Plurianual de Atividades, momento de grande importância, estava longe da mente do grande e diversificado número de participantes na assembleia que o mesmo partido que decidira, havia dois anos criar o Centro, iria pôr-lhe fim logo de seguida, como se as decisões e responsabilidades que um partido político assume perante os cidadãos, ao abrigo de uma opção política para um Setor, nada tenham que ver e sejam até antagónicas das do ciclo político que se lhe segue.

## b. Vigilância genética das espécies: que o Estado cumpra a Lei que publicou

Não é difícil, a qualquer entidade medianamente informada, perceber que a introdução, na natureza, de espécies híbridas fisicamente similares a outras geneticamente puras existentes nas mesmas áreas, envolve sérios riscos de conduzir, a prazo, a espécie à extinção. Por isso, a legislação da Caça estabelecida para o país, em particular a Lei de Bases 173/99 e o Decreto-Lei Regulamentador 202/2004, que o Estado fez publicar, define obrigações básicas aos atores e competências a si próprio, que, lamentavelmente e na nossa opinião, não cumpre, com consequências não completamente avaliadas, mas que se perspetivam como graves. Devemos notar que a avaliação da pureza genética dum exemplar dum espécie obtém-se através de análise genética ou genotípica; a análise realizada de características externas do mesmo exemplar, como a sua plumagem ou parte dela, mais não é que uma análise fenotípica e não habilita a definir o grau de pureza do exemplar em causa. Neste contexto e apesar do que está dito na Lei da Caça 173/99, Artigos 3.º e 4.º, no Decreto-Lei 202/2004, Artigo 5.º, e do que está estabelecido na Portaria 464/2001, Artigo 8.º e outros, o Estado não realiza análises genéticas às espécies libertadas na natureza, entenda-se através das análises prévias aos reprodutores que asseguram a produção de novos exemplares, como está estabelecido na Lei, limitando-se a realizar análises fenotípicas dirigidas a partes da plumagem, inevitavelmente e em rigor inconclusivas. Lança, assim, em muitos casos, sobre as espécies existentes na natureza, um risco enorme de hibridismo, apesar do próprio Estado estabelecer que punirá exemplarmente quem não proceder de acordo com as regras previstas na Lei (Artigo 137.º do Decreto-Lei 202/2004, Pontos 1.c e 1.jj, entre outros).

Urge pôr fim a esta prática e realizar as análises que o próprio Estado definiu como imprescindíveis, nem que o principal responsável pela situação criada, o mesmo Estado, tenha de facilitar apoio financeiro para que os criadores que não registem o uso de reprodutores geneticamente puros possam reverter a sua situação, em último caso da responsabilidade de quem não analisa geneticamente os exemplares que lhe são submetidos para o efeito. De outra forma, caminharemos para que, na natureza do nosso país, existam populações de híbridos cada vez maiores, o mesmo que dizer que o seu fim se aproximará se o Estado continuar a não cumprir as suas obrigações, como se com ele e os seus agentes nada fosse.

## 11. Criação de centros de recuperação da lebre

Recentemente, o vírus da mixomatose, para além do coelho-bravo, começou também a infetar a lebre, causando elevada mortalidade, nas populações deste leporídeo, levando quase à sua extinção em alguns locais, onde anteriormente abundavam. Ao declínio populacional que se tem assistido na última década, junta-se agora a mixomatose, pelo que urge tomar medidas para evitar a extinção desta espécie característica da Península Ibérica. Para mitigar e compreender este declínio, propõe-se a criação de Centros de Recuperação da Lebre nas cinco regiões cinegéticas de Portugal, onde serão desenvolvidas parcerias entre aos OSC de nível 1, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, o Centro de Competências para o Estudo, Gestão e Sustentabilidade das Espécies Cinegéticas e Biodiversidade, o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, a Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária e Universidades.

## 12. A necessidade imperiosa dum Centro de Competências para gerir as questões relativas às espécies cinegéticas, em particular as que registam maiores problemas

A resolução dos problemas que afetam as espécies selvagens exigem meios materiais, humanos e conhecimento que, em geral, cada um dos atores, interessados ou simplesmente ligados às questões em causa, não reúne per si.

Por isso, se entende que as suas competências, reconhecidas pela detenção das condições necessárias para que o diagnóstico e resolução sejam realizados com sucesso, devem estar reunidas num Centro, como um Ministro dum Governo do PS fez, criando o Centro de Competências para a Gestão das Espécies Cinegéticas e da Biodiversidade, a que outro Ministro do Governo do PS seguinte, pôs fim logo que chegou às funções.

Questões relativas aos efetivos das espécies são, em geral, de complexidade tal que o seu tratamento não está em geral ao alcance de uma das partes interessadas isoladamente, o Sector da Caça, antes exige o esforço e conhecimento de todas as partes direta ou indiretamente envolvidas. Não é diferente a sua diminuição no espaço nacional, como são atualmente os casos de diversas entre elas, por motivos bem diversos – o coelho, a lebre, a perdiz, a rola, a codorniz, o tordo e outras. De facto, hoje, os problemas que afetam as espécies cinegéticas, ligados às alterações climáticas, à propagação dos vírus e às alterações agrícolas e ambientais, entre outras, registam graves problemas na sua existência, e uma diminuição ostensiva de efetivos, e exigem uma abordagem de carácter holístico que apenas entidades capazes de reunir as diferentes valências em apreço podem ter sucesso. Por outro lado, porque uma boa parte das espécies cinegéticas são migratórias e outras, não o sendo, exibem problemas similares entre países da EU, a abordagem dos seus problemas exige frequentemente representação, em instâncias internacionais e além-fronteiras, o que se não mostra prático nem fácil quando a representação é repartida entre várias entidades.

É, também por isso, importante reunir numa mesma entidade a tutela, as entidades que constituem o Sector da Caça, a Academia que detém o conhecimento científico afeto às espécies em causa e às práticas envolvidas, a investigação e a inovação que lhe é subjacente, de modo a identificar novos caminhos que permitam ultrapassar constrangimentos, e identificar vias para a recuperação das espécies. A existência dum Centro de Competências é o caminho que elegemos para atingir um nível de biodiversidade aceitável, que hoje e cada vez menos o nosso país regista, ao mesmo tempo que o perspectivamos como a sede que permita ao país, com os menores custos possíveis, munir-se de quadros que ocupem o vazio que muitos deixaram porque o Estado não os substituiu, tornando as suas organizações vazias de conhecimento das espécies.

A necessidade a que acima se alude, evidente há vários anos, levou a que, em Governo anterior liderado pelo PS, o Ministro Capoulas Santos tenha criado, de sua própria iniciativa, o Centro de Competências para a Gestão das Espécies Cinegéticas e da Biodiversidade. Por estranho que pareça e mais se assemelhe a postura de Governo de outro partido, que habitualmente deita fora aquilo que o anterior criou, foi um Ministro do Governo seguinte do PS, Eng.º Matos Fernandes, que, objetivamente, liquidou o referido Centro, que hoje parece nem sequer existir. O tempo para intervir escasseia a cada dia que passa. Há que retomar o caminho abandonado, há que recriar o Centro de Competências para a Gestão das Espécies Cinegéticas e da Biodiversidade, sob pena de se tornar tarde demais.

### 13. Classificação da rola-turca (*Streptopelia decaocto*) como espécie cinegética

A rola-turca é considerada uma espécie exótica, há muito que abunda nos campos, vilas e cidades, causando prejuízos na atividade agro-pecuária, sendo também um vetor de transmissão de doenças a outras aves e compete pelo alimento e habitat com a rola-comum (*Streptopelia turtur*). Considerando que os seus efetivos populacionais são elevados, os prejuízos causados em atividades económicas e o risco sanitário que representam para outras espécies, encontram-se reunidas as condições para que a rola-turca seja considerada espécie cinegética, pelo que solicitamos a Sua Excelência a inclusão da mesma na lista de espécies permitidas caçar já para a próxima época venatória 2025/2026.

#### 14. Realização de ações de correção de densidade à pega-azul (*Cyanopica cyanus*)

A pega-azul, vulgarmente conhecida como “charneco”, espécie endémica da Península Ibérica, tem aumentado, no decorrer dos últimos anos, os seus efetivos populacionais, sendo facilmente avistados bandos destas aves com várias dezenas de indivíduos. Tem-se constatado que esta ave causa elevados prejuízos na agricultura e não só, mais concretamente em culturas frutícolas, pelo que o ICNF deveria autorizar ações de correção de densidade a esta espécie.

#### 15. Lince-ibérico

O status quo atribuiu às organizações do Sector da Caça em geral, em particular a vários associados desta Confederação, a obrigação de dar de comer ao lince, isto é, dos seus efetivos cinegéticos aceitar entregar parte para o alimentar, algo que nenhuma outra entidade de outro setor presente na Comissão de Apoio ao PACLIP faz. Predador como é, é referido como se alimentando essencialmente de coelhos e uma ou outra cria de gamo; a realidade vem mostrando que, mesmo em áreas onde o coelho existe em quantidade suficientes para a sua fixação, frequenta os galinheiros das aldeias vizinhas, como no Parque Natural do Vale do Guadiana (recentemente foram encontrados 2 no mesmo galinheiro durante a noite). Se aprecia galinhas, mais facilmente o faz em relação às perdizes - a presença frequente de depenadours tem permitido suspeitar dessa realidade, de forma consistente, em relação a uma espécie, a perdiz, que regista decréscimo de efetivos nas mesmas regiões.

As entidades gestoras das ZC são, por lei e independentemente do segmento em que se situem, associativo ou turístico, as detentoras dos direitos sobre os efetivos cinegéticos presentes nas Zonas de Caça. Numa perspetiva modesta e admitindo que o felídeo, fora do período de reprodução, necessite cerca de 700 gramas diários de carne, estimamos que, no mínimo, cada animal se abasteça de 1 coelho adulto ou jovem acima dos 500 gramas, por cada 2 dias, o que equivale a falar de 180 coelhos/1 ano. A este consumo, juntam-se um maior consumo em período reprodutivo e os coelhos juvenis que não lhes conseguem fugir e, entre outros, as perdizes e em particular os perdigotos que conseguem facilmente capturar à luz do dia, o que fazem com a maior naturalidade, circunstância que não é difícil de pressupor face ao elevado número de bandos abaixo das 5 perdizes, muitas vezes uma, duas ou três.

Conhecemos Clubes e Associações em cujas Zonas de Caça, no mínimo, estarão instalados mais de 3 lince que, entre eles, levam para casa mais coelhos do que todos os associados que suportam a existência e o funcionamento da entidade – pagam taxas aos estado pela concessão das zonas de caça, pagam aos proprietários as rendas dos contratos de cessão dos direitos de caça nas suas propriedades, adquirem toneladas de alimentos no comércio da especialidade para alimentar as espécies, utilizam a restauração e o alojamento local do concelho em múltiplas oportunidades, como empregam e adquirem serviços – e quem faz mais pelo lince que estas entidades, que ainda contribuem, com significado, para a economia local? Nestas circunstâncias, entende esta Confederação que: o Estado deve apoiar e compensar as entidades gestoras de zonas de caça, do esforço e da extração de efetivos a que são sujeitas e de outras preocupações a que a presença do felídeo acarreta, através do PEPAC ou outra via que entenda.

#### 16. Zonas de Caça Municipais - regulamentação

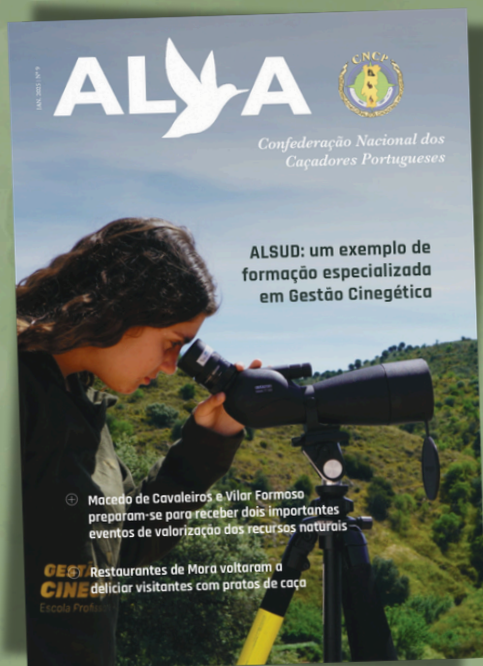
Retomar a venda de livros de Autorizações Especiais de Caça, por parte das OSC de nível 1, conforme protocolo estabelecido com o ICNF e em conformidade com o determinado na Portaria n.º 148/2018 de 22 de Maio, artigo 2.º. (Anexo 1). Revisão da Portaria 148/2018 de 22 de Maio que regulamenta o funcionamento das Zonas de Caça Municipais, de modo a simplificar os procedimentos administrativos a que este tipo de zonas de caça estão sujeitos (elaboração de listagens, atas, sorteios, fichas de inscrição, emissão de AEC). (Anexo 3).

#### 17. Alteração ao projeto regulamentar Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto

# ALVA



A Revista da Confederação Nacional dos  
Caçadores Portugueses



Confira todas as edições da  
Revista ALVA [aqui](#).

## Beja acolhe Campeonatos Nacionais de Santo Huberto e Competência de Tiro em setembro

A Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses escolheu o concelho de Beja para acolher a edição de 2026 dos Campeonatos Nacionais de Santo Huberto e de Competência de Tiro. As provas acontecem entre os dias 25 e 27 de setembro.



A organização desta edição está a cargo da Federação Alentejana de Caçadores (FAC), que sucede à Federação de Caçadores do Algarve na receção destas provas prestigiadas.

Após o sucesso da edição de 2025, que teve como cenário os concelhos de Aljezur e Vila do Bispo, as provas rumam agora ao Baixo Alentejo para uma jornada que será, com certeza, um grande sucesso para todos.

A transição do Barlavento Algarvio para as planícies de Beja marca a continuidade da estratégia da CNCP em descentralizar as grandes competições, valorizando as diferentes paisagens e o potencial cinegético de cada região do país.

As provas de Santo Huberto, que avaliam o equilíbrio e a simbiose entre caçador e cão, bem como os campeonatos de Competência de Tiro, prometem reunir em Beja os melhores praticantes nacionais.

Este evento, além de representar o auge da competição desportiva, serve também como um ponto de encontro vital para a família cinegética, contribuindo para reforçar a união entre os caçadores portugueses e a excelência das suas federações regionais.

Iremos acompanhar este evento ao pormenor e publicar aqui e, nas nossas redes sociais, todos os resultados desta jornada que faz já parte da nossa identidade.



Comitiva que acompanhou a visita do Presidente da República, António José Seguro, e da Ministra do Ambiente, Graça Carvalho, ao pavilhão da Caça, Natureza e Biodiversidade.

## Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses presente na 42.<sup>a</sup> Ovibeja

A Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses marcou presença na 42.<sup>a</sup> Ovibeja. Vítor Palmilha esteve presente no Pavilhão 'Caça, Natureza e Biodiversidade', acompanhado por Nuno Ferro e José Lampreia, nesta iniciativa da Federação Alentejana de Caçadores, que foi visitada pelo Presidente da República, António José Seguro.

A iniciativa, da responsabilidade da Federação Alentejana de Caçadores, destacou a atividade cinegética como uma prática sustentável, geradora de valor económico e fundamental na gestão dos ecossistemas.

Durante a visita, foi enfatizado o papel dos caçadores enquanto agentes ativos na conservação da natureza e na vigilância sanitária das espécies.

A mostra promoveu as múltiplas dimensões da caça - social, cultural e ambiental -, realçando a sua importância no combate ao isolamento dos territórios do interior e na criação de riqueza para as populações locais através do turismo cinegético.

A 42.<sup>a</sup> Ovibeja, organizada pela ACOS - Agricultores do Sul, decorreu entre os dias 29 de abril e 3 de maio, no Parque de Feiras e Exposições Manuel Castro e Brito, em Beja.

Sob o tema 'Vinho à Mesa', o certame voltou a demonstrar a sua importância na promoção do que de melhor se faz no Alentejo, com a caça a ocupar um lugar de destaque entre os pilares da identidade rural portuguesa.



**Da esquerda para a direita: Nuno Ferro, Presidente da Federação Alentejana de Caçadores; Mário Tomé, Presidente da Câmara Municipal de Mértola; José Lampreia, Diretor da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses; Nuno Banza, Presidente do ICNF; e Vitor Palmilha, Presidente da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses.**



**Da esquerda para a direita: Nuno Ferro, Presidente da Federação Alentejana de Caçadores; Vitor Palmilha, Presidente da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses; e José Lampreia, Diretor da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses.**

## EXPOCAÇA contou com a participação da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses

A 36.ª edição da EXPOCAÇA teve lugar no CNEMA – Centro Nacional de Exposições, em Santarém, entre os dias 8 e 10 de maio. Esta é a mais antiga feira do setor na Península Ibérica.

A Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses participou na 36.ª edição da EXPOCAÇA, que decorreu no CNEMA, em Santarém, entre os dias 8 e 10 de maio.

Sendo este o certame de referência para o setor cinegético em Portugal, a Confederação manteve o seu espaço institucional aberto, tendo contado com a presença permanente do seu vice-presidente, André Cid.

Durante o evento, o stand da CNCP funcionou como um centro de atendimento e partilha de informações, onde foram recebidos dirigentes de clubes, gestores de zonas de caça e caçadores a título individual.

Neste espaço, prestámos esclarecimentos técnicos sobre procedimentos administrativos e licenciamento, o desenvolvimento de projetos de conservação e gestão de espécies, bem como o apoio contínuo que a Confederação presta às associações e organizações do setor cinegético.



André Cid, Presidente da Federação de Caça e Pesca da Beira Interior e dirigente da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses, ladeado pelo Vice-presidente da Câmara Municipal de Santarém, Emanuel Campos e do Vereador, Pedro Gouveia.

A par da atividade no stand, a CNCP acompanhou o programa diversificado desta edição, que contou com uma boa adesão de público.

O balanço desta presença em Santarém é positivo. A EXPOCAÇA permitiu à CNCP um contacto direto com a realidade do terreno e com as preocupações imediatas do setor.

Este diálogo é fundamental para o trabalho que a Confederação desenvolve

diariamente na defesa de um ordenamento cinegético equilibrado e sustentável.

A CNCP agradece a visita de todos os associados e o empenho da organização em manter a EXPOCAÇA como um dos grandes momentos de união da comunidade cinegética nacional.



Da esquerda para a direita: Gonçalo Lopes, Chefe de Divisão do ICNF; Flávio Figueiredo, dirigente da Federação de Caçadores do Algarve; Pedro Carmo Deputado na Assembleia da República, eleito pelo Distrito de Beja; Vítor Palmilha, Presidente da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses; Paulo Salsa, Vice-presidente do ICNF, Nuno Serra; Secretário Geral da CONFAGRI; e André Cid, Presidente da Federação de Caça e Pesca da Beira Interior.

## Dirigentes da CNCP em reunião do Conselho Consultivo da Herdade da Contenda



António Inácio e José Lampreia, dirigentes da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses, estiveram presentes na reunião do Conselho Consultivo da Herdade da Contenda.

Os dirigentes da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses, António Inácio e José Lampreia, participaram na reunião do Conselho Consultivo da Herdade da Contenda, que decorreu no dia 6 de maio, em representação da Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses, na qual exercem as funções de vogais da Direção.

A Herdade da Contenda, E.M. é uma empresa municipal detida pela Câmara Municipal de Moura que gere uma propriedade de 5.250 hectares no Baixo Alentejo, junto à fronteira com Espanha. Considerada uma joia da biodiversidade nacional, funciona como Zona de Caça Nacional, sendo um território

estratégico para a conservação de várias espécies de caça maior.

O seu Conselho Consultivo, onde a CNCP tem assento, é o órgão responsável por aconselhar a gestão sobre o equilíbrio entre a exploração cinegética, a floresta e a proteção ambiental.

Historicamente marcada por disputas territoriais, a Contenda é hoje um modelo de referência na gestão de recursos naturais e um dos espaços de caça maior mais importantes de Portugal.



Herdade da Contenda



## Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses reuniu em Macedo de Cavaleiros

A Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses realizou uma reunião de trabalho em Macedo de Cavaleiros, com o objetivo de preparar as próximas ações de formação para a Licença de Uso e Porte de Arma (LUPA) na 1.ª Região Cinegética.

Após um encontro com os comandos distritais de Bragança e Vila Real, a comitiva da CNCP - representada pelo seu Presidente, Vitor Palmilha, por João Arez, Joaquim Nunes, José Fonseca e pelo advogado Carlos Cupertino - conduziu uma sessão focada na capacitação dos futuros formadores da região.

O principal propósito destas reuniões de trabalho foi demonstrar e alinhar a metodologia de ensino que a Confederação aplica nas suas formações. Os dirigentes da CNCP focaram-se na instrução dos futuros formadores que, em breve, terão a missão de orientar e capacitar os novos formandos que pretendem obter a LUPA.

Desde 2023 que a CNCP ministra esta formação técnica e cívica ao abrigo do alvará concedido pela Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP). Com esta iniciativa em Macedo de Cavaleiros, a Confederação reforça a sua estrutura no terreno, preparando a expansão destas ações formativas aos distritos de Bragança e Vila Real.



# Federação de Caçadores do Algarve acompanha eficácia dos protocolos de gestão de combustível e sementeiras

A Federação de Caçadores do Algarve tem vindo a realizar uma série de visitas aos terrenos onde foram implementados os protocolos de gestão de combustível e biodiversidade, com especial incidência nos concelhos de Tavira, Castro Marim e Alcoutim.

Estas visitas visam validar a manutenção das faixas de gestão de combustível e a eficácia das pastagens de sequeiro semeadas pelas associações de caçadores em áreas estratégicas.

A iniciativa pretende destacar o papel essencial dos caçadores na prevenção de incêndios e na conservação do solo, através de uma gestão ativa que beneficia toda a comunidade.

A equipa liderada por Vítor Palmilha tem verificado, no terreno, o cumprimento dos objetivos traçados, demonstrando que o setor cinegético é, hoje, um parceiro indispensável na proteção do património natural e na resiliência do interior algarvio.



## Gestão do Território: o papel das associações

O programa de apoio à gestão cinegética e prevenção de fogos assenta na colaboração direta entre autarquias e caçadores para garantir a segurança e a biodiversidade no mundo rural.

- **Prevenção de incêndios:** instalação e manutenção de faixas de gestão de combustível em zonas de difícil acesso.
- **Sementeiras de sequeiro:** criação de pastagens que alimentam a fauna bravia e ajudam a fixar o solo contra a erosão.
- **Vigilância e inspeção:** acompanhamento técnico da Federação de Caçadores do Algarve para garantir o sucesso das intervenções no terreno.
- **Sustentabilidade:** redução da carga de combustível vegetal através de práticas agrícolas e cinegéticas tradicionais.

# Federações



## Prova de Santo Huberto a contar para o Troféu José Gonçalves integrou Feira Cinegética de São João de Negrilhos

A Junta de Freguesia de São João de Negrilhos voltou a organizar a Feira Cinegética, nos dias 28 de fevereiro e 1 de março.

A Federação Alentejana de Caçadores realizou, a 1 de março, a primeira prova de Santo Huberto a contar para o Troféu José Gonçalves 2026, tendo reunido diversos binómios e servido para aferir o nível técnico dos participantes no arranque deste troféu.

A competição integrou a Feira Cinegética de São João de Negrilhos, que incluiu igualmente uma mostra de produtos regionais, exposições de canicultura e momentos gastronómicos dedicados à caça.

Organizada pela Junta de Freguesia local com o apoio do Município de Aljustrel e do Clube de Caçadores Terras da Gulipa, a iniciativa teve como principais objetivos a valorização dos recursos cinegéticos e a dinamização da economia rural da região.

A afluência de público e a participação de agentes do setor neste certame confirmam a relevância destas manifestações para a coesão do mundo rural e para a preservação das tradições locais.



## CALENDÁRIO DE PROVAS

**17 de maio, 28 de junho e 19 de julho**

XXVII Campeonato do Algarve Interclubes de Tiro aos Pratos, nos campos de tiro de Albufeira, Pinhal e Aljezur, respetivamente.

**13 e 14 de junho**

Campeonato Regional de Santo Huberto, em Vila do Bispo e Aljezur, respetivamente (o dia 14 de junho contará com a Taça em Homenagem a José Maria Seromenho).

**27 de junho de 2026**

Última prova de apuramento do Campeonato de Santo Huberto, na Associação de Caça e Pesca de Alfaiates (organizada pela Federação de Caça e Pesca da Beira Interior).





# “E aqueles que por obras valerosas, se vão da lei da morte libertando...”

*Canto I, Os Lusíadas, Luís de Camões.*

Voltar à região Duriense é, para mim, voltar ao berço. Outrora, visitava por nostalgia, hoje volto por ser Património Mundial, classificada pela UNESCO em 2001. O rio, os socalcos, as vinhas, o vinho, as caçadas e os AMIGOS são os verdadeiros motivos para regressar ao Douro Vinhateiro. Velhos amigos que por força do ciclo da vida e da morte somos cada vez menos.

Partiu para a sua última morada Manuel Henrique Costa, natural do concelho de São João da Pesqueira. Viveu a vida entre as letras e as cepas, entre a Educação e a Viticultura, sempre com o Douro a seus pés. Residente em Soutelo do Douro, margem esquerda do Douro, calcorreou, durante vários anos, as estradas de Trás-os-Montes e Beiras.

Professor e Inspetor do Ministério da Educação,

conhecemo-nos quando passou pela Escola Profissional, em Sernancelhe, nos primórdios da década de 90.

Presidente do Clube de Caça e Pesca de Soutelo do Douro, era também Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação dos Clubes de Caça e Pesca do Distrito de Viseu.

Homem de xisto, de boas relações, afável, homem do associativismo. Relembro uma montaria, realizada já nos anos 2000 na sua aldeia, com todos os pormenores e pergaminhos: a Associação de Caça e Pesca de Soutelo do Douro mobilizou toda a população, todos os residentes para a festa, entre monteiros, matilheiros, convidados e amigos, uns cento e cinquenta durões e aquando do mata-bicho e almoço servidos nas mesas colocadas na via pública do

centro da aldeia, um cenário único, os fornos a lenha aqueciam o anho assado, com batata e arroz, aletria e arroz-doce à sobremesa, uma refeição inesquecível. Foi de comer e chorar por mais!...

A caçada tinha corrido bem, mas não perguntem quantas reses foram abatidas, já não consigo recordar, não sendo esse o objetivo. Ou seria? Teria mais para vos contar e dar a conhecer a grandeza deste duriense de seu nome Manuel Henrique Costa. Até ..., Sr. Inspetor.

*A Direção da Federação dos Clubes de Caça e Pesca do Distrito de Viseu*



# Clube dos Caçadores e Pescadores da Beira, um dos mais antigos clubes de caçadores de Portugal



*Desde 1930*



O Clube dos Caçadores e Pescadores da Beira destaca-se como o grande precursor do movimento associativo de praticantes de tiro ao prato e de pescadores na sua região.

Com uma história cujo início remonta a 1930, a coletividade começou por organizar os primeiros concursos destas modalidades numa época em que tais atividades dependiam diretamente do domínio e da tutela dos governos civis, responsáveis por autorizar os eventos com armas e as respetivas competições.

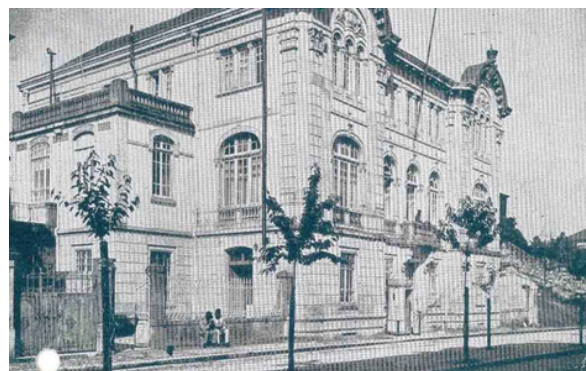
O percurso de pioneirismo do Clube consolidou-se rapidamente e, em 1936, a associação solicitou a sua primeira concessão de pesca, destinada ao Rio Sátão.

Ao longo de várias décadas, assumiu o papel de único clube do concelho de Viseu, tornando-se o motor de desenvolvimento, apoio e realização de atividades ligadas à caça, à pesca e ao tiro aos pratos. Foi também sob a sua égide que se realizaram os primeiros encontros cinegéticos do distrito com projeção a nível nacional.

No âmbito da caça, integradas nesses mesmos encontros cinegéticos, o Clube organizou as primeiras montarias e largadas de patos, perdizes e faisões, iniciativas que eram frequentemente acompanhadas por exposições de espécies cinegéticas e colóquios temáticos de grande relevância para o setor.

Na vertente da pesca, a associação foi igualmente precursora ao realizar largadas de trutas em águas livres na sua concessão de pesca do Almargem. No campo da competição, o Clube sempre marcou presença ativa através das suas equipas nas diferentes provas regionais e nacionais desde os primeiros tempos.

Mais recentemente, ficou demonstrada a dinâmica da coletividade nesta área com a organização de concursos de pesca em barragem que chegaram a juntar aproximadamente 200 participantes, divididos pelos escalões de senhoras, juniores e seniores.



O tiro aos pratos constitui outro dos grandes fatores de sucesso da instituição. Ao longo dos anos, as suas equipas, atletas e sócios têm alcançado resultados de enorme prestígio a nível regional, nacional e internacional, arrecadando vários prémios individuais e coletivos, e garantindo representação nas seleções nacionais em diversas disciplinas de tiro. Com o crescimento da modalidade, o Clube adquiriu, em 1982, um terreno na Muna, onde instalou três campos de tiro preparados para diferentes especialidades.

A história patrimonial do Clube dos Caçadores e Pescadores da Beira é também indissociável do centro histórico da cidade de Viseu. A primeira sede foi instalada, a título provisório, entre 1931 e 1934, na Avenida Alberto Sampaio. Em janeiro de 1935, os serviços da associação mudaram-se para o antigo edifício dos Bombeiros Voluntários, na Rua D. Duarte, onde permaneceram até 1938.

No final desse mesmo ano de 1938, o Clube arrendou novas instalações na zona antiga da cidade, situadas na Praça Luís de Camões (atual Praça D. Duarte, n.º 18, 1.º andar). Este espaço histórico acabou por ser conservado e mantido, servindo orgulhosamente de sede social da instituição até aos dias de hoje.



Para que a memória dos que nos antecederam não se apague e se faça justiça ao seu mérito em prol da caça e da pesca, partilhamos um conjunto de documentos que acompanham a história do Clube dos Caçadores e Pescadores da Beira. É o testemunho de décadas de dedicação à região, ao país e além-fronteiras de um dos mais antigos clubes de caça do nosso país.

Agradecemos ao Presidente da Direção, António Mário Martins Antunes, pela cedência desta documentação. Conheça melhor este clube quase centenário [nesta página](#).

#### **Marcos históricos:**

- 1931: Eleição da primeira Direção (22 de agosto);
- 1933: Ata de tomada de posse (6 de fevereiro);
- 1938: Escritura pública (15 de outubro);
- 1983: Registo oficial na Direção-Geral das Florestas (16 de junho);
- 1992: Atribuição do título de Utilidade Pública (11 de novembro);
- 2009: Classificação como OSC de 2.º nível (7 de agosto).

- 1931: Eleição da primeira Direcção

Este livro, que contém quarenta e oito folhas, numeradas com a série dos números de 1 até 48, ha de servir para nele se exararem as actas das sessões das assembleias gerais do "Club dos Caçadores da Beira".

Acta Primeira

Aos vinte e dois dias do mez de Agosto de mil novecentos e trinta e um, na sede provisoria do Club dos Caçadores da Beira, e conforme o determinado no artigo decimo quinto dos estatutos e a convite dos organisadores do referido club, reuniu-se a Assembleia Geral dos socios fundadores afim de dar cumprimento ao estabelecido no referido Artigo.

A esta reunião (reunião) presidiu o Senhor Dr. Abel Nogueira Martins que escolheu para secretariar os Srs. Mario Rodrigues Martins e Antonio de Tãdua Cardoso de Mello e Cemos.

Leidos os estatutos, procedeu-se em seguida à eleição dos corpos gerentes, tendo sido eleitos os seguintes:

Assembleia Geral { Presidente: Gonçalo Balheiros  
 Secretario: Alberto Georges Paes da Costa

Direcção

{ Presidente: Sr. Arnival Baptista de Figueiredo  
 Tesoureiro: Mario Tavares Ferreira  
 Secretario: Joaquim Figueiredo  
 Vogal: Sr. Abel Nogueira Martins  
 " : Antonio de Tãdua C. de Mello e Cemos

Substitutos: Ass.<sup>a</sup> Geral

{ Presidente: Agostinho Marques da Gama  
 Secretario: Mario do Amaral Figueiredo

" Direcção

{ Presidente: Sr. Antonio da Costa Lima  
 Tesoureiro: João Pina Henriques  
 Secretario: João Inácio Coelho  
 Vogal: Mario Rodrigues Martins  
 " : José Casimiro d'Almeida



- 1933: Ata de tomada de posse

Este livro, que contém quarenta e oito, digo, cem folhas numeradas com a série dos números de 1 até 100, ha de servir para nele se exararem as actas das sessões da Direcção do "Clube dos Caçadores da Beira".

Acta Primeira  
 Acta da sessão de posse da Direcção eleita.

Aos trinta dias de Agosto de mil novecentos e trinta e um, na sede provisoria do Clube dos Caçadores da Beira, se reuniram os seus corpos gerentes, estando presentes os Ex.<sup>mos</sup> Srs. Mario Tavares Ferreira, Sr. Abel Nogueira Martins, Antonio de Pádua Cardoso de Mello e Gomes e João Ignacio Coelho. Pelo Sr. Secretario, João Ignacio Coelho, foi dito que, tendo se procedido no dia 22 de Agosto de 1931 à eleição da Direcção, se verificou pelo resultado do acto eleitoral terem sido eleitos como presidente o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Sr. Amibal Baptista de Figueiredo, como tesoureiro o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Mario Tavares Ferreira, como secretario o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Joaquim de Figueiredo e como vogues os Ex.<sup>mos</sup> Srs. Sr. Abel Nogueira Martins e Antonio de Pádua C. de Mello e Gomes e como substitutos os Ex.<sup>mos</sup> Srs. Sr. Antonio da Costa Lima, Sr. Taira Henriques, João Ignacio Coelho, Mario Rodrigues Martins e José Casimiro d'Almeida.

Em face do resultado, o Sr. Secretario convidou os socios presentes a tomarem posse que efectivamente lhes foi dada. E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão de que para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida em voz alta, foi pelos presentes assinada.

João Ignacio Coelho

- 1938: Escritura pública

74

**CLUB DE CAÇAD**

Sócio n.º 79 Nome *Antônio*  
 Morada *Viseu* P  
 Data de Admissão 1 de *Junho*

---

Club de Caçadores da Beira

O sócio n.º 79 pagou 2\$50 centavos, im-  
 portancia da sua mensalidade relativa ao mês  
 de Dezembro de 1938.

O SECRETÁRIO  
*J. Spelly*

---

74 Club de Caçadores da Beira

O sócio n.º 79 pagou 2\$50 centavos, im-  
 portancia da sua mensalidade relativa ao mês  
 de Junho de 1938.

O Secretário,  
*Graciano Sousa*

---

74 Club de Caçadores da Beira

O sócio n.º 79 pagou 2\$50 centavos, im-  
 portancia da sua mensalidade relativa ao mês  
 de Junho de 1938.

O SECRETARIO,  
*J. Spelly*

---

74 Club de Caçadores da Beira

O sócio n.º 79 pagou 2\$50 centavos, im-  
 portancia da sua mensalidade relativa ao mês  
 de Maio de 1938.

O SECRETÁRIO,  
*J. Spelly*

---

74 Club de Caçadores da Beira

O sócio n.º 79 pagou 2\$50 centavos, im-  
 portancia da sua mensalidade relativa ao mês  
 de Abril de 1938.

O SECRETÁRIO,  
*J. Spelly*

---

74 Club de Caçadores da Beira

O sócio n.º 79 pagou 2\$50 centavos, im-  
 portancia da sua mensalidade relativa ao mês  
 de Março de 1938.

O SECRETÁRIO,  
*J. Spelly*

- 1983: Registo oficial na Direção Geral das Florestas

**III SÉRIE — N.º 238 — 15-10-1983**

12 129

deverão comunicar em assembleia geral convocada especialmente para o efeito:

- Se pretendem exercer o respectivo direito de preferência, ou, na negativa;
- Se autorizam a cessão, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do presente artigo.

5 — Caso a sociedade ou os sócios optem pelo exercício do direito de preferência, o preço da quota alienanda será sempre pago em 12 prestações mensais e iguais.

**6.º**

1 — A sociedade tem direito a amortizar as quotas nos casos seguintes:

- Por acordo com o sócio detentor da quota a amortizar;
- Quando qualquer dos sócios entre em dissolução ou liquidação;
- Quando a quota seja arrematada, penhorada ou se ache designado o dia para a arrematação ou tenha sido requerida a sua adjudicação judicial;
- Quando o sócio não cumpra ou viole as deliberações tomadas em assembleia geral.

2 — O valor da quota a amortizar será determinado em função do último balanço aprovado e corrigido dos créditos, débitos e ou responsabilidades que o sócio em causa tenha perante a sociedade, sendo o respectivo preço pago em 12 prestações mensais e iguais.

3 — Considera-se amortizada a quota desde que esteja depositada na Caixa Geral de Depósitos, à ordem do respectivo titular, a importância correspondente à primeira prestação.

**7.º**

A sociedade pode constituir procuradores nos termos do § único do artigo 256.º do Código Comercial.

**8.º**

1 — A assembleia geral será convocada pela gerência sempre que esta o entender ou a pedido de qualquer sócio.

2 — Salvo quando a lei exija forma diferente de convocação, a assembleia geral será convocada por carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 8 dias.

**9.º**

As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria simples, excepto nos casos em que a lei exija outra maioria.

Vai conforme com o original.

8.º Cartório Notarial de Lisboa, 29 de Setembro de 1983. — O Terceiro-Ajudante, *Zoé Corona de Azevedo Francisco Pedro*.  
1-0-10 774

**CLUBE DOS CAÇADORES E PESCADORES DA BEIRA**

Certifico que, por escritura de hoje, exarada de fl. 92 v.º a fl. 93 v.º do livro n.º 382-A do 2.º Cartório Notarial de Viseu, foi constituída por tempo indeterminado a associação denominada Clube dos Caçadores e Pescadores da Beira, com sede em Viseu, que é uma associação recreativa, desportiva e cultural, independente de quaisquer organizações religiosas, políticas ou económicas, sem fins lucrativos, tem como objectivo principal a protecção e desenvolvimento dos desportos da caça, da pesca e do tiro com armas de caça e tem como fins, nomeadamente, fomentar, proteger e praticar o desporto da caça e promover torneios de tiro aos pratos e aos pombos, criar campos de treino de tiro e de cães de caça, fomentar, proteger e praticar o desporto da pesca e promover concursos de pesca, procurando conseguir zonas reservadas de pesca e caça, e promover outras manifestações culturais, desportivas e recreativas.

Os sócios são ordinários e honorários.

Podem ser admitidos como sócios ordinários todos os cidadãos maiores, de bens e costumes e de probidade reconhecida; porém, a maioria é dispensada em relação aos filhos dos sócios; podem ser eleitos sócios honorários quaisquer cidadãos que tenham prestado serviços relevantes ao Clube.

Têm a categoria de sócios honorários os Srs. Governador Civil do Distrito de Viseu e presidente da Câmara Municipal de Viseu.

Os sócios obrigam-se ao pagamento de uma quota em quantitativo e condições a fixar em assembleia geral, e as demais condições de inscrição e os direitos e os deveres dos sócios serão fixados em regulamento interno a aprovar em assembleia geral.

Está conforme o original.

2.º Cartório Notarial de Viseu, 23 de Agosto de 1983. — O Ajudante, *Esmeraldo Pereira dos Santos*.  
1-1-2780

**MANUEL FERREIRA & SERAFIM FERREIRA, L.º**

Certifico que, por escritura de 30 de Agosto findo, lavrada de fl. 82 a fl. 84 do livro de escrituras diversas n.º 19-F do 6.º Cartório Notarial do Porto, Manuel Ferreira e Serafim Ferreira, pelas cessões que fizeram das quotas que possuíam na sociedade em epígrafe, que tem sede nesta cidade, desligaram-se da mesma, mas autorizaram que a firma social continue sem alteração.

Está em conformidade com o original.

6.º Cartório Notarial do Porto, 15 de Setembro de 1983. — A Terceira-Ajudante, *Maria José da Mota Ribeiro*.  
1-1-2781

**CORCOVADA — APARTAMENTOS TURÍSTICOS, L.º**

Certifico, narrativamente, que, por escritura lavrada em 13 do corrente mês, de fl. 59 a fl. 60 do livro de notas para escrituras diversas n.º 80-B do Cartório Notarial de Albufeira, a cargo do notário licenciado Adolfo Armando Jorge Batalha, entre José António Correia Maria e Maria José Vieira Gomes Correia Maria foi constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

**ARTIGO 1.º**

A sociedade adopta a denominação de CORCOVADA — Apartamentos Turísticos, L.º, tem a sua sede na vila, freguesia e concelho de Albufeira, na Rua de Samora Barros, 24, e durará por tempo indeterminado, a partir da presente data.

**ARTIGO 2.º**

A sociedade tem por objecto a compra e venda de propriedades, a revenda das adquiridas para esse fim, a exploração e administração de imóveis para turismo e ainda quaisquer outras actividades afins.

**ARTIGO 3.º**

O capital social, integralmente realizado, em dinheiro, já entra na caixa social, é de 2 000 000\$ e representado por 2 quotas iguais, de 1 000 000\$ cada uma, uma de cada sócio.

**ARTIGO 4.º**

São admitidas prestações suplementares se o desenvolvimento da sociedade assim o exigir.

**ARTIGO 5.º**

A gerência da sociedade, com ou sem caução e remuneração, conforme vier a ser decidido em assembleia geral, pertence a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, mas para que a sociedade fique obrigada em juízo e fora dele basta a assinatura de um sócio gerente.

**ARTIGO 6.º**

Pode a sociedade conferir a estranhos os poderes de gerência e pode qualquer sócio gerente outorgar noutro sócio ou em estranho os seus poderes de gerência e de representação social.

**ARTIGO 7.º**

As assembleias gerais da sociedade serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com 8 dias de antecedência, pelo menos, salvo se o número de sócios for inferior a 3, caso em que bastará a mera convocatória verbal, e nos casos em que a lei determine outras formalidades.

**ARTIGO 8.º**

A cessão de quotas entre os sócios é livre, a cessão, total ou parcial, feita a estranhos depende do consentimento prévio e expresso da sociedade.

Vai conforme ao original.

Cartório Notarial de Albufeira, 20 de Setembro de 1983. — O Notário, *Adolfo Armando Jorge Batalha*.  
4-0-3504

- 1992: Atribuição do título de Utilidade Pública




ANEXO N.º 2

REPÚBLICA PORTUGUESA  
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O presente diploma é conferido ao CLUBE DOS CACADORES E PESCADORES DA BEIRA, com sede em Viseu, por ter sido reconhecido(a) como pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, conforme consta do despacho publicado no «Diário da República», II série, n.º 261, de 11 de Novembro de 1992

Lisboa, 16 de Novembro de 1992

O Primeiro-Ministro,

  
(Aníbal A. Cavaco Silva)

- 1992: Atribuição do título de Utilidade Pública

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

**Declaração.** — Nos termos do art. 3.º do Dec.-Lei 460/77, de 7-11, o Primeiro-Ministro declarou de utilidade pública, por despacho de 28-10-92, o Clube dos Caçadores e Pescadores da Beira, com sede em Viseu.

30-10-92. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUVENTUDE

Instituto da Juventude

**Rectificação.** — Por ter sido publicado com inexactidão no DR, 2.ª, 238, de 15-10-92, a p. 9606, o despacho de requisição do professor da Esc. Sec. de São Domingos de Rana, rectifica-se que onde se lê «Fernando José dos Santos Pedrosa Rolo» deve ler-se «Fernando Jorge dos Santos Pedrosa Rolo».

28-10-92. — A Vogal do Conselho Directivo, *Maria Rodrigues Silva Pires Caiado*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

**Declaração.** — Para aos devidos efeitos se declara que, por despacho do director dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, o júri designado para avaliação e classificação final do estágio para técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, a que se refere o aviso publicado no DR, 2.ª, 5, de 7-1-92, foi substituído, passando a ter a seguinte constituição:

Presidente — Prof. Doutora Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos Fernandes, subdirectora dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Vogais efectivos:

Maria do Carmo Jasmins Pereira Rodrigues Dias Farinha, directora de serviços, e licenciada Maria de Lurdes da Conceição Nunes Henriques, chefe de divisão, ambas do mesmo organismo.

Vogais suplentes:

Licenciada Eugénia Ribeiro da Costa, chefe de divisão, e licenciada Maria Teresa Monteverde Plantier Saraiva, técnica superior principal de BAD, ambas do mesmo organismo.

2.ª — A Subdirectora, *Manuela Mendonça*.

Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema

Por despacho do director da Cinemateca Portuguesa de 23-10-92:

João Filipe de Jesus Tonelo Jacinto, técnico de 1.ª classe — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido, num total de 21 dias, por ter estado ausente do serviço por motivo de doença.

26-10-92. — O Director, *João Bénard da Costa*.

Por despacho do director da Cinemateca Portuguesa de 28-10-92:

José António Martins de Matos-Cruz — promovido, precedendo concurso, a técnico superior principal da carreira de técnico superior do quadro da Cinemateca Portuguesa, considerando-se exonerado do lugar que ocupava no referido quadro a partir da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

29-10-92. — O Director, *João Bénard da Costa*.

**Aviso.** — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, encontra-se afixada na Secção Administrativa desta Cinemateca, onde pode ser consultada, a lista classificativa dos candidatos admitidos ao concurso interno geral, para preenchimento de uma vaga de telefonista, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 185, de 12-8-92.

A referida lista foi homologada por despacho do director da Cinemateca Portuguesa de 26-10-92.

26-10-92. — O Director, *João Bénard da Costa*.

Instituto Português de Museus

**Aviso.** — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se todos os interessados de que a lista de classificação final referente ao concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico auxiliar principal, da carreira de secretário-repcionista, do quadro de pessoal do Museu Nacional de Arte Antiga, conforme publicação no DR, 2.ª, 149, de 1-7-92, e posterior rectificação publicada no DR, 2.ª, 173, de 29-7-92, será afixada, na data da publicação do presente aviso no DR, nas instalações do referido Museu e nas do Instituto Português de Museus, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, e enviada à candidata.

28-10-92. — Pela Presidente do Júri, *António Torres Vieira*.

**Aviso.** — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se todos os interessados de que a lista de candidatos referente aos concursos internos gerais de acesso para provimento de lugares no quadro de pessoal do Instituto de José de Figueiredo, conforme publicação no DR, 2.ª, 166, de 21-7-92, e posterior rectificação publicada no DR, 2.ª, 204, de 4-9-92, será na data da publicação do presente aviso no DR, afixada nas instalações do referido Instituto e nas do Instituto Português de Museus, no Palácio Nacional da Ajuda, e enviada aos candidatos:

Concurso A — 3 lugares de técnico de conservação e restauro de 1.ª classe, área de pintura.

Concurso B — 4 lugares de técnico de conservação e restauro de 1.ª classe, área de documentos gráficos.

Concurso C — 2 lugares de técnico de conservação e restauro de 1.ª classe, área de pintura mural.

Concurso D — 5 lugares de técnico de conservação e restauro de 1.ª classe, área de escultura.

28-10-92. — O Presidente do Júri, *João Manuel Peixoto Cabral*.

**Aviso.** — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se todos os interessados de que a lista de classificação final relativa ao concurso externo de ingresso para provimento de três lugares de técnico superior estagiário, correspondente a igual número de lugares vagos de técnico superior de 2.ª classe, carreira de técnico superior do quadro de pessoal do Instituto Português de Museus, conforme aviso de abertura publicado no DR, 2.ª, 17, de 21-1-92, será afixada na data da publicação do presente aviso no DR, nas instalações do Instituto Português de Museus, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, e enviada a todos os candidatos.

28-10-92. — A Presidente do Júri, *Maria Simonetta Bianchi Ayres de Carvalho Luz Afonso*.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Pessoal e Infra-Estruturas

**Despacho.** — Por despacho do Secretário de Estado da Defesa Nacional de 27-10-92 é nomeada a arquitecta Rita Martins Barata Cabral, assessora do quadro da Direcção-Geral de Pessoal e Infra-Estruturas, para o cargo de chefe da Divisão de Infra-Estruturas Industriais e de Saúde da mesma Direcção-Geral.

27-10-92. — O Director-Geral, *Elias Quadros*.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

**Portaria.** — Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, ouvido o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e sob proposta do presidente dos Serviços Sociais das Forças Armadas, nos termos do n.º 1 do art. 16.º do estatuto aprovado pelo Dec.-Lei 156/89, de 12-5, nomear o brigadeiro ADMAER, na reserva, João Gregório Duarte Ferreira para o cargo de director do Complexo Social das Forças Armadas, vago pela exoneração do brigadeiro PILAV Abel Orlando de Sousa Queiroz, a seu pedido, em 10-10-92.

## Reflexão do deputado Pedro do Carmo sobre o setor da caça

**O Deputado do Partido Socialista, Pedro do Carmo, eleito pelo círculo de Beja, fez uma importante reflexão sobre o setor da caça, aquando da sua visita à EXPOCAÇA, cuja publicação nos merece toda a pertinência.**

Senhoras e Senhores,

Venho a este fórum sem discurso de circunstância.

Quero falar de caça com a seriedade que o tema merece — e a seriedade que o tema merece é precisamente a que raramente aparece no debate público. Porque o debate público sobre caça passou a existir, em grande medida, nas redes sociais. E nas redes sociais não ganham os argumentos mais sólidos — ganham os mais fotogénicos. A imagem de um animal morto bate sempre a explicação de um plano de gestão cinegética. E é por isso que estamos aqui, a falar diretamente.

### 1. O paradoxo do nosso tempo

Vivemos um paradoxo curioso. Nunca se publicaram tantos documentários sobre natureza, nunca houve tantas aplicações de birdwatching, nunca a palavra "biodiversidade" apareceu tanto nos programas eleitorais.

E, simultaneamente, nunca estivemos tão afastados dos processos ecológicos reais.

O investigador Robert Pyle chamou a isso de "extinction of experience" (a extinção da experiência). Gerações que crescem sem contacto direto com a natureza perdem os instrumentos sensoriais e cognitivos para a compreender.

Julgam a partir de abstrações. E abstrações, muitas vezes, produzem más políticas. Esta é a raiz do problema. Não é má-fé. É distância. E é contra essa distância que a prática cinegética responsável tem um papel que nenhum documentário consegue substituir: o de pôr as pessoas no território, ao nascer do dia, a ler o vento, a conhecer os ciclos, a perceber que um ecossistema não é um aquário.

### 2. A evidência que incomoda os dois extremos

Há duas posições confortáveis neste debate. A dos que dizem que a caça

destrói biodiversidade, e a dos que dizem que a caça resolve todos os problemas do território. Nenhuma resiste a uma leitura honesta da literatura científica. O que a evidência nos diz — da IUCN ao relatório de 2022 da IPBES, que reuniu 85 especialistas e analisou mais de 6.000 fontes — é que a caça sustentável pode ser uma ferramenta eficaz de conservação, desde que assente em gestão adaptativa, monitorização real e quotas ajustadas à dinâmica das populações. Não é uma licença para tudo.

É uma condição com exigências. E a evidência diz-nos também isto: em Portugal, como em grande parte da Europa Ocidental, os grandes predadores naturais foram extintos ou confinados. O lobo subsiste em números insuficientes para regular as populações de ungulados em todo o território. O javali representa cerca de 30% dos acidentes com animais nas estradas portuguesas, segundo dados da GNR. Os prejuízos agrícolas são reais.

O javali representa cerca de 30% dos acidentes com animais nas estradas portuguesas, segundo dados da GNR. Os prejuízos agrícolas são reais.

O risco de Peste Suína Africana é real. Ignorar esta realidade não é proteger a natureza. É abandoná-la.

### **3. O que muitas vezes não se diz**

Deixem-me dizer algo que raramente aparece nestes fóruns: a maior ameaça à biodiversidade rural em Portugal não é a caça. É o abandono. A Comissão Europeia documentou uma redução de 52% nas populações de aves agrícolas entre 1980 e 2021. Não por excesso de caça — por perda de habitat, despovoamento, homogeneização da paisagem, desaparecimento de práticas tradicionais. Onde há uma zona de caça bem gerida, há pontos de água mantidos, há mosaicos de vegetação que servem de abrigo a dezenas de espécies não cinegéticas, há olhos no território que reportam incêndios, doenças emergentes, alterações nos efetivos.

Os dados recolhidos por caçadores ao longo de décadas são hoje reconhecidos pela literatura científica europeia como componente essencial da monitorização da biodiversidade. Não é folclore. É ciência cidadã que o Estado não conseguiria financiar de outra forma.

### **4. A posição do Partido Socialista: sem ambiguidades**

O Partido Socialista não defende a caça por tradição. Defende-a por coerência. Porque a justiça ambiental e a justiça territorial são inseparáveis.



Porque não haverá transição ecológica bem-sucedida se for feita contra quem vive e conhece o território. Porque o conhecimento que se transmite de geração em geração numa saída de caça — os ciclos reprodutivos, os sinais de doença, as alterações no habitat — é um currículo oculto de literacia ecológica que nenhum manual escolar substitui.

O que defendemos concretamente é isto: planos de gestão cinegética obrigatórios para todas as zonas de caça, com monitorização independente e dados públicos; formação do caçador como gestor de ecossistemas, com componentes de ecologia, ética e sanidade animal; integração sistemática dos dados cinegéticos nos sistemas de informação do ICNF e nas políticas de adaptação climática; e reconhecimento económico dos serviços que as zonas de caça prestam ao território —

porque quem presta um serviço público deve ser reconhecido como tal.

### **Encerramento**

Termino com uma ideia simples. O debate sobre caça merece sair do registo da trincheira — uns a demonizar, outros a idealizar — e entrar no registo do que realmente funciona. O que realmente funciona é gestão com base em evidência, transparência, formação e diálogo entre ciência, setor e Estado. O Partido Socialista está disponível para esse diálogo. Não porque seja fácil politicamente — não é. Mas porque um território sem gestão não é um território protegido. É um território abandonado. Muito obrigado

### **Pedro do Carmo**

*Deputado do Partido Socialista eleito à Assembleia da República na XIII, XIV, XV e XVII Legislaturas pelo círculo de Beja*

## Mértola promoveu Curso de Iniciação à Falcoaria



A Estação Biológica de Mértola acolheu, no dia 7 de março, um Curso de Iniciação à Falcoaria.

Sob a orientação da Associação Portuguesa de Falcoaria e com o apoio da Câmara Municipal de Mértola, o curso percorreu as várias dimensões desta prática reconhecida como Património Imaterial da Humanidade.

O programa abrangeu desde o conhecimento biológico das aves de presa e a especificidade dos equipamentos e instalações, até às componentes de treino, ética e legislação em vigor.

A vertente prática, que incluiu manuseamento na luva e voos de treino, constituiu o momento alto da jornada, permitindo aos inscritos uma experiência direta com a funcionalidade e a biologia destas aves no contexto da caça.

Este curso realizou-se no âmbito das IV Jornadas da Caça, que tiveram início em fevereiro e se prolongam até outubro, com uma iniciativa por mês (ver cartaz com programa).

As Jornadas da Caça são organizadas pela Câmara Municipal de Mértola, em parceria com a Escola de Caça, Pesca e Natureza; a Escola Profissional ALSUD, a Associação Portuguesa de Falcoaria; a UTAD; a Associação Portuguesa de Matilhas de Caça Maior; o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Estação Biológica de Mértola (EBM) e o Município de Moura (Herde da Contenda).

## Encontro Nacional de Matilhas realizou-se em Mértola

O Pavilhão Multiusos de Mértola recebeu, a 11 de abril, o Encontro Nacional de Matilhas, evento central das IV Jornadas da Caça de Mértola.

A iniciativa, organizada pela Câmara Municipal em conjunto com a Associação Portuguesa de Matilhas de Caça Maior (APMCM), reuniu profissionais e proprietários com o objetivo de analisar o papel técnico da matilha na gestão cinegética nacional.



A organização do evento resultou de um protocolo de cooperação entre o município e a APMCM, visando a dignificação da figura do matilheiro. A adesão significativa de participantes reflete a importância económica e social que o setor da caça representa para a região de Mértola.

Ao integrar este encontro no programa das Jornadas da Caça, a autarquia de Mértola reforçou a estratégia de promover o concelho como um polo de competência técnica na gestão de recursos cinegéticos, atraindo especialistas e agentes do setor a nível nacional.

O encerramento do encontro validou a necessidade de manter um registo técnico e organizado das matilhas em Portugal, garantindo que a atividade continue a cumprir os requisitos legais e de bem-estar animal exigidos para a gestão do território.

## Macedo de Cavaleiros: 28.ª Feira da Caça e do Turismo atraiu mais de 12 mil visitantes

A Feira da Caça e do Turismo voltou a animar o Parque Municipal de Exposições de Macedo de Cavaleiros, entre 29 de janeiro e 1 de fevereiro.



Reconhecida como um dos principais certames cinegéticos da Península Ibérica, a Feira de Caça e Turismo de Macedo de Cavaleiros completou, este ano, a sua 28.ª edição.

O evento, que se realizou entre 29 de janeiro e 1 de fevereiro, contou com a participação de 200 expositores e recebeu mais de 800 caçadores, vindos de várias partes da Europa, incluindo Espanha, Luxemburgo, Suíça e de diferentes regiões de Portugal, especialmente do norte do país.

Esta edição teve um significado especial, uma vez que coincidiu com as três décadas da Festa dos Caçadores do Norte.



## Entre a tradição e a inovação

A edição de 2026 mostrou que este evento consegue juntar tradições antigas com novas ideias, mantendo-se relevante num contexto social e turístico em constante mudança.

A organização tem trabalhado para adaptar a feira aos novos tempos, quer seja através da implementação de espaços de animação cultural, quer seja com a introdução de seminários e debates sobre o turismo, sustentabilidade e valorização dos recursos naturais.



Esta vertente inovadora traduz-se também na promoção do turismo de natureza e do turismo ativo, fazendo com que a feira faça parte de um plano maior de desenvolvimento da região. Iniciativas como percursos pedestres, BTT, atividades náuticas e a divulgação das estações náuticas do concelho reforçam a ideia de que o evento vai além da caça, destacando-se como um espaço para mostrar tudo o que Macedo de Cavaleiros tem para oferecer ao visitante.



A combinação de tradição e inovação faz com que a feira seja, ao mesmo tempo, um espaço de memória e de futuro.

## Impacto económico relevante

Segundo Sérgio Borges, presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, a feira tem um impacto muito relevante na economia local, pois “dinamiza não só a hotelaria, restauração, mas também o comércio e serviços”. Com um orçamento de 280 mil euros, a edição deste ano representou um investimento reforçado na qualidade do evento e na experiência dos visitantes.



## Aumento de visitantes marcou edição de 2026

A edição deste ano destacou-se por uma maior influência de público, tendo-se registado mais de 12 mil entradas, no total dos 4 dias. Esta participação mostrou que a feira é cada vez mais importante como ponto de referência na região, tanto na caça como no turismo.





## Atividades para diferentes públicos

O programa da feira foi diversificado, combinando atividades relacionadas com a caça e o património tradicional com momentos de lazer e cultura. Entre as várias atividades desenvolvidas destacam-se:

- Montarias ao javali
- Corrida de galgos
- Demonstrações de falcoaria
- Espetáculos equestres
- Seminário dedicado às estações náuticas em águas do interior
- Debates sobre turismo cinegético
- Espaços de animação noturna
- Exposição de produtos regionais





## Vilar Formoso voltou a receber Feira da Caça, Pesca e Desenvolvimento Rural

A 17.ª Feira da Caça, Pesca e Desenvolvimento Rural reuniu profissionais e aficionados do mundo rural no Pavilhão Multiusos de Vilar Formoso. O evento, focado na valorização das tradições locais, destacou-se pela exposição de maquinaria agrícola, artigos técnicos e demonstrações caninas e de aves de rapina.

Dinamizada pelo Município de Almeida, a Feira da Caça, Pesca e Desenvolvimento Rural de Vilar Formoso proporcionou, entre os dias 30 de janeiro e 1 de fevereiro, várias áreas expositivas e atividades.

Além de artigos de caça, pesca, artesanato e vestuário técnico, os visitantes

puderam conhecer vários tipos de maquinaria agrícola.

No espaço Expo Floresta e Canina, houve demonstrações de aves de rapina e exposição de matilhas, enquanto no espaço Expo Pesca, houve concursos tanto para adultos quanto para crianças e uma exposição interativa sobre pesca e educação ambiental.

A gastronomia também esteve presente com tasquinhas, demonstrações de cozinha, provas de vinhos e produtos locais.

As crianças tiveram um espaço só para elas, onde puderam andar de trator, percorrer labirintos e contactar com animais.



## Um evento de tradição e futuro

Com quase duas décadas de existência, a Feira da Caça, Pesca e Desenvolvimento Rural reafirma a sua importância enquanto evento que valoriza tradições locais, incentiva a preservação do meio ambiente e promove o mundo rural como ativo cultural e económico.

A Feira reforça, ainda, o papel de Vilar Formoso e do concelho de Almeida como destinos que não só preservam tradições, mas também promovem inovação e desenvolvimento sustentável no espaço rural.



## Cultura e animação musical

A feira contou com momentos de animação musical e cultural bastante diversificada.

Do cartaz fizeram parte os Wet Bed Gang, Matias Damásio e os Átoa. O programa contemplou, ainda, atuações dos Levante, Dj Morfal, os Mistos, Concertina com Alma, Árvore da Vida, o Rancho Folclórico da Miuzela e os Taconeos da Raia. A animação contou também com a participação de tunas académicas, Vera Nunes e a banda Kiss Kiss Bang Bang.

## Os trilhos da caça desenham a identidade de Alcoutim

Entre o calor do verão e o silêncio, Alcoutim surge, na serra algarvia, como terra de contrastes, onde a caça continua a ser uma atividade importante para as populações locais.



A caça desempenhou, desde sempre, um papel central na vida das gentes de Alcoutim, não apenas como fonte de alimento, mas também como atividade cultural e económica.

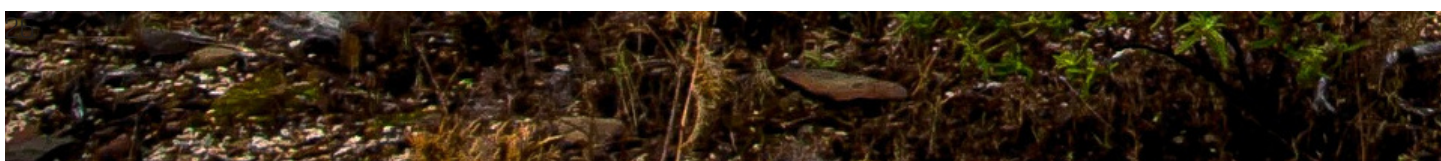
Além disso, a caça assumia também uma dimensão social e ritual. Era prática

comum entre famílias e comunidades, reforçando laços e transmitindo saberes tradicionais de geração em geração.

No contexto económico, a caça contribuiu para o comércio local. Os produtos eram vendidos ou trocados, tornando-se parte integrante

da subsistência e da economia rural.

Com o tempo, a caça em Alcoutim passou a ter também uma vertente recreativa e turística, mantendo viva a tradição, mas adaptando-se às normas de conservação da fauna e do ambiente.





Atualmente, segundo o ICNF - Instituto da Conservação, da Natureza e das Florestas, existem, em Alcoutim, 56 zonas de caça, entre associativas, municipais e turísticas.

As espécies de caça maior mais abundantes são o javali e o veado. Já as espécies de caça menor mais

predominantes são a perdiz-vermelha, o coelho-bravo e a lebre. Também é possível caçar rola-comum em zonas específicas autorizadas.

Porém, a gestão cinegética enfrenta desafios significativos, nomeadamente as alterações climáticas, a falta de jovens ou de pessoas

mais velhas que se interessem e que queiram fazer parte de associações.

Apesar disso, o trabalho desenvolvido pelas associações locais tem permitido manter a atividade cinegética como elemento estruturante do território.

## Tradições do concelho

Alcoutim mantém práticas culturais que unem a comunidade. Festas de aldeia, festas religiosas e feiras tradicionais que cruzam gastronomia, música e artesanato.

Uma das tradições mais expressivas é a cultura da vinha e do vinho caseiro, que revela a importância da agricultura mediterrânica no concelho.

Outras práticas tradicionais relacionadas com o cultivo da terra e a transformação dos produtos locais são o medronho, fruto tradicional da região; ervas aromáticas e silvestres, usadas na culinária e remédios populares; enchidos como o sovão, representando técnicas de charcutaria; pomar de sequeiro com amêndoas, figos e alfarrobas; olivicultura e produção de azeitonas; produção de trigo e pão tradicional.



## Festas e festivais de Alcoutim

Alcoutim oferece uma variedade de eventos que atraem visitantes de todas as idades e interesses, celebrando a cultura, a história e as tradições locais.

Entre estes eventos destaca-se a **Feira da Perdiz**, realizada anualmente, por norma no mês de novembro, em Martim Longo. Durante o evento, são realizadas demonstrações de caça, exposições de produtos locais, atividades equestres, provas caninas, apresentações de falcoaria, entre outras iniciativas.

Outro evento que marca a agenda de Alcoutim é o **Festival do Contrabando**, que acontece habitualmente no mês de abril, a cada dois anos. Este evento recria episódios de contrabando que marcaram Alcoutim, combinando encenações históricas, música, dança e gastronomia.

É também no mês de abril, mais precisamente no dia 25, que acontece a Feira de São Marcos, na aldeia do Pereiro. Este evento tem um caráter mais rural e agrícola, sendo um ponto de encontro importante para produtores, artesãos e visitantes interessados nos produtos locais e animais de criação.

Em setembro, é a vez da Festa de Alcoutim, um evento que celebra a cultura popular, as celebrações religiosas e o convívio comunitário, com destaque para danças, música tradicional, artesanato e sabores típicos da região.



## O que visitar



Um dos exemplos da ligação deste território à história e cultura é o **Castelo de Alcoutim**, construído durante o reinado de D. Dinis, e que teve como principal função a defesa da fronteira. Do alto das suas muralhas, é possível desfrutar de uma vista magnífica sobre o rio Guadiana e sobre a vila espanhola de Sanlúcar de Guadiana.

Parte integrante do património cultural são igualmente os **Menires do Lavajo**, que comprovam a presença humana na região na época da pré-história.

Outro elemento fundamental do património é a **Igreja Matriz**, que, além de ser religioso, é um importante local de encontro comunitário.

As **Estátuas do Contrabandista e do Guarda-Fiscal**, por sua vez, recordam os tempos em que o rio Guadiana era palco de trocas ilegais, mas também de subsistência para muitas famílias.

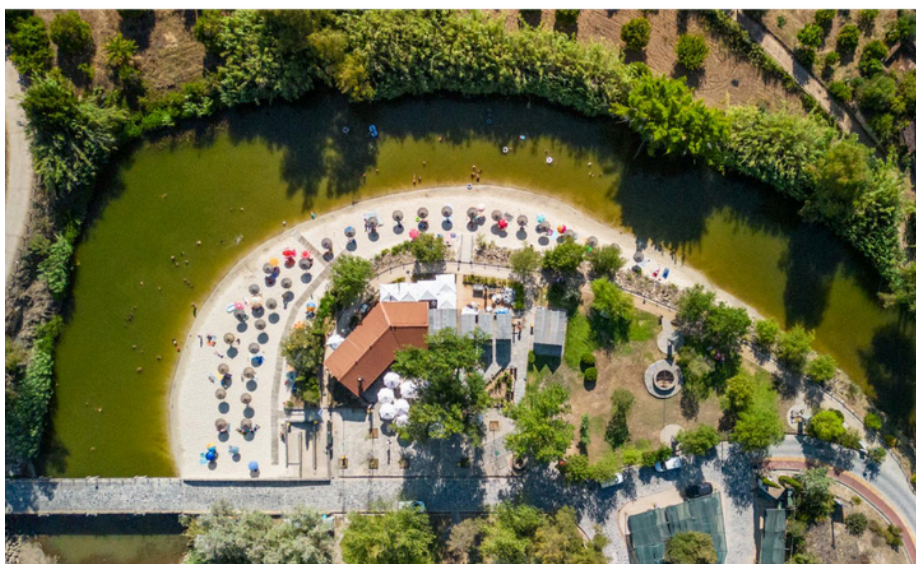
O coração da vida social de Alcoutim é a **Praça da República**, um espaço de convívio onde se realizam eventos, festas e encontros entre habitantes e visitantes, refletindo o espírito acolhedor da vila.



No que toca à natureza e ao lazer, o **Miradouro do Pontal** oferece uma vista panorâmica sobre a paisagem envolvente, sendo um local ideal para apreciar o rio, a serra e a tranquilidade característica de Alcoutim.



A **Praia Fluvial do Pego Fundo** é outro espaço bastante apreciado, especialmente durante o verão. Com uma zona verde envolvente, é perfeita para banhos, piqueniques e momentos de descanso.



Uma das experiências mais emocionantes em Alcoutim é o **slide transfronteiriço**, que permite atravessar o rio Guadiana que liga Portugal a Espanha. Esta atividade proporciona uma passagem rápida, divertida e única entre dois países, sendo uma atração imperdível para quem procura aventura.

## Onde comer



### Restaurante Bar A Taberna do Ramos

Este restaurante fica na localidade de Pereiro, em Alcoutim, sendo uma das referências da gastronomia do nordeste algarvio. É procurado pela galinha de cabidela, pelas espetadas de tordo, pelos passarinhos fritos, entre outras especialidades.



### Restaurante Monte Branco

O cozido à montanhesa ocupa um lugar de destaque na ementa do restaurante Monte Branco, situado em Martim Longo, entre paisagens naturais e verdejantes.

### Restaurante Poço Novo

É o local perfeito para quem procura uma refeição de conforto, como um bom cozido de grão ou ensopado de borrego.

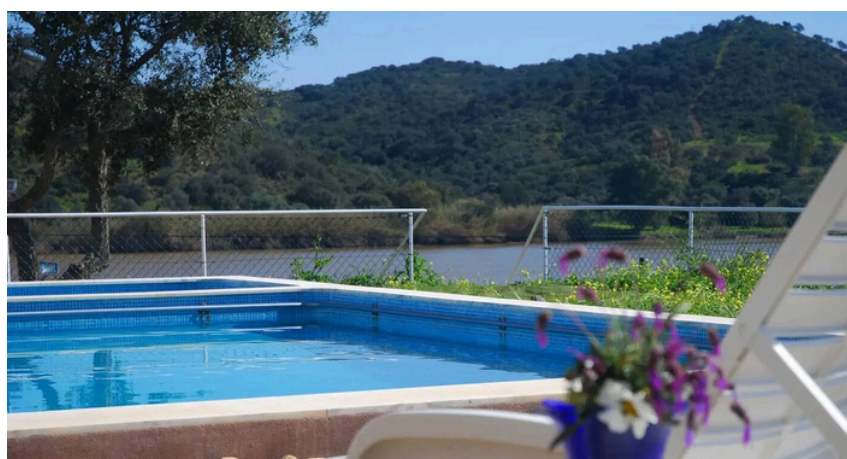


## Alojamento

### Hotel d'Alcoutim

Situado numa encosta suave com uma vista privilegiada sobre o Rio Guadiana, é uma excelente opção para quem procura tranquilidade e conforto. Os hóspedes têm à sua disposição vários espaços para relaxar, nomeadamente a zona junto à piscina ou a esplanada do bar.

Seja para uma escapadinha de fim de semana ou como base para explorar as tradições do concelho, o hotel destaca-se pela sua localização estratégica, estando apenas a alguns minutos a pé do centro histórico da vila de Alcoutim.



### Paisagem do Guadiana - Turismo Rural

A Paisagem do Guadiana é um alojamento de turismo rural que convida a um mergulho na natureza e no silêncio da serra.

Este espaço destaca-se pela sua arquitetura que cruza o ambiente rústico com o conforto moderno, convidando a desligar do stress da cidade e a aproveitar atividades ao ar livre.

### Moinhos da Pateira - Moagem

Localizados na zona de Giões, os Moinhos da Pateira são uma afirmação da história agrícola de Alcoutim e da importância da moagem tradicional na região.

Recuperados para preservar a memória coletiva, entrar em cada um destes moinhos é fazer uma viagem ao tempo em que a força da água ou do vento era essencial para transformar o grão em farinha, garantindo o pão de cada dia às populações locais.





Praceta das Bernardas, 4 8800-685  
Tavira 281 326 469 | 912 250 057  
[info@cncp.pt](mailto:info@cncp.pt)